

Índice

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	1
Balanço Patrimonial Passivo	3
Demonstração do Resultado	5
Demonstração do Resultado Abrangente	6
Demonstração do Fluxo de Caixa	7
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido	
DMPL - 01/01/2015 à 31/03/2015	9
DMPL - 01/01/2014 à 31/03/2014	10
Demonstração do Valor Adicionado	11
Comentário do Desempenho	12
Notas Explicativas	28
Pareceres e Declarações	
Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	62

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2015	Exercício Anterior 31/12/2014
1	Ativo Total	6.485.965	6.234.801
1.01	Ativo Circulante	1.644.217	1.477.524
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	35.742	114.774
1.01.02	Aplicações Financeiras	11.567	18.152
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	11.567	18.152
1.01.02.01.03	Títulos e Valores Mobiliários	11.567	18.152
1.01.03	Contas a Receber	1.383.934	1.137.994
1.01.03.01	Clientes	815.815	563.230
1.01.03.01.01	Consumidores, concessionários e permissionários	893.616	641.358
1.01.03.01.02	(-) Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	-98.755	-88.777
1.01.03.01.03	Partes Relacionadas	57	63
1.01.03.01.04	Subvenções Baixa Renda	20.897	10.586
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	568.119	574.764
1.01.03.02.01	Valores a receber de Parcela A e outros itens financeiros	320.005	335.853
1.01.03.02.02	Subvenção CDE - Desconto Tarifário	75.443	78.343
1.01.03.02.03	Aporte CCRBT	20.902	0
1.01.03.02.04	Serviços em curso	73.549	83.520
1.01.03.02.05	Consumidores - serviços prestados	78.220	77.048
1.01.04	Estoques	1.937	654
1.01.06	Tributos a Recuperar	61.599	63.685
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	61.599	63.685
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	149.438	142.265
1.01.08.03	Outros	149.438	142.265
1.01.08.03.01	Cauções e Depósitos	29.403	27.786
1.01.08.03.02	Instrumentos financeiros derivativos - Swap	1.996	259
1.01.08.03.03	Outros Créditos	118.039	114.220
1.02	Ativo Não Circulante	4.841.748	4.757.277
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	2.021.763	1.975.951
1.02.01.03	Contas a Receber	18.547	21.681
1.02.01.03.01	Clientes	18.547	21.681
1.02.01.06	Tributos Diferidos	249.485	241.874
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	249.485	241.874
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	1.753.731	1.712.396
1.02.01.09.03	Tributos a Compensar	87.834	83.702
1.02.01.09.04	Depósitos Vinculados a Litígios	200.355	196.054
1.02.01.09.05	Cauções e Depósitos	5.740	68
1.02.01.09.06	Ativo Indenizável (Concessão)	1.373.540	1.342.255
1.02.01.09.07	Instrumentos financeiros derivativos - Swap	9.518	10.381
1.02.01.09.08	Valores a receber de Parcela A e outros itens financeiros	76.744	79.936
1.02.03	Imobilizado	63.272	61.690
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	39.424	36.461
1.02.03.03	Imobilizado em Andamento	23.848	25.229
1.02.04	Intangível	2.756.713	2.719.636
1.02.04.01	Intangíveis	2.756.713	2.719.636
1.02.04.01.02	Softwares	112.969	88.369

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2015	Exercício Anterior 31/12/2014
1.02.04.01.03	Direito de Uso de Concessão	2.643.744	2.631.267

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2015	Exercício Anterior 31/12/2014
2	Passivo Total	6.485.965	6.234.801
2.01	Passivo Circulante	1.285.311	1.077.876
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	33.947	36.002
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	33.947	36.002
2.01.02	Fornecedores	622.840	659.982
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	622.840	659.982
2.01.02.01.01	Fornecedores Nacionais	621.265	657.308
2.01.02.01.02	Partes Relacionadas	1.575	2.674
2.01.03	Obrigações Fiscais	99.499	29.265
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	78.319	26.888
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	18.486	464
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	2.694	1.913
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	321.930	209.042
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	216.240	112.914
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	216.240	112.914
2.01.04.02	Debêntures	105.690	96.128
2.01.05	Outras Obrigações	207.095	143.585
2.01.05.02	Outros	207.095	143.585
2.01.05.02.02	Dividendo Mínimo Obrigatório a Pagar	46.796	46.796
2.01.05.02.04	Programa de Pesquisa, Desenvolvimento e Eficiência Energética	11.982	26.705
2.01.05.02.05	Energia Livre e Encargo Emergencial	33.607	33.282
2.01.05.02.06	Outras Obrigações	114.710	36.802
2.02	Passivo Não Circulante	2.591.332	2.563.753
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	1.592.886	1.599.493
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	545.367	572.733
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	545.367	572.733
2.02.01.02	Debêntures	1.047.519	1.026.760
2.02.02	Outras Obrigações	508.292	505.225
2.02.02.02	Outros	508.292	505.225
2.02.02.02.03	Fornecedores	1.223	983
2.02.02.02.04	Obrigações com Benefícios Pós-Emprego	440.642	445.033
2.02.02.02.05	Programa P&D e de Eficiência Energetica	61.309	53.556
2.02.02.02.06	Energia Livre e encargo emergencial	5.118	5.071
2.02.02.02.07	Outras Obrigações	0	582
2.02.04	Provisões	490.154	459.035
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	490.154	459.035
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	28.743	27.381
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	155.773	151.201
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	269.640	240.918
2.02.04.01.05	Provisões Regulatórias	35.998	39.535
2.03	Patrimônio Líquido	2.609.322	2.593.172
2.03.01	Capital Social Realizado	1.298.230	1.298.230
2.03.02	Reservas de Capital	23.254	23.254
2.03.04	Reservas de Lucros	1.264.665	1.264.665
2.03.04.01	Reserva Legal	113.379	113.379

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2015	Exercício Anterior 31/12/2014
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	1.151.286	1.151.286
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	15.573	0
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	7.600	7.023

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2015 à 31/03/2015	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2014 à 31/03/2014
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	1.401.084	1.062.378
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-1.239.288	-817.084
3.03	Resultado Bruto	161.796	245.294
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-99.951	-63.564
3.04.01	Despesas com Vendas	-30.664	-19.074
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-69.287	-44.490
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	61.845	181.730
3.06	Resultado Financeiro	-33.908	37.495
3.06.01	Receitas Financeiras	83.098	115.176
3.06.02	Despesas Financeiras	-117.006	-77.681
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	27.937	219.225
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-12.364	-74.560
3.08.01	Corrente	-20.272	-80.346
3.08.02	Diferido	7.908	5.786
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	15.573	144.665
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	15.573	144.665
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	0,00397	0,03688

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2015 à 31/03/2015	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2014 à 31/03/2014
4.01	Lucro Líquido do Período	15.573	144.665
4.02	Outros Resultados Abrangentes	577	468
4.03	Resultado Abrangente do Período	16.150	145.133

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2015 à 31/03/2015	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2014 à 31/03/2014
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-20.596	93.559
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	-154.077	218.940
6.01.01.01	Lucro Líquido do Período	15.573	144.665
6.01.01.02	Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	29.693	15.622
6.01.01.03	Depreciação e Amortização	58.081	52.885
6.01.01.04	Provisão e atualização monetária para Riscos Tributários, Cíveis e Trabalhistas	54.635	21.935
6.01.01.05	Juros e Variações Monetárias Provisionados	64.656	42.500
6.01.01.06	Receita de Ativo Indenizável	-23.391	-74.612
6.01.01.07	Valor Residual do ativo Imobilizado e ativo Intangível baixado	1.953	11
6.01.01.08	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	-7.908	-5.786
6.01.01.09	Obrigações com Benefícios Pós-Emprego	11.189	11.938
6.01.01.10	P&D e eficiência energética	10.953	9.782
6.01.01.11	Valores a receber de Parcela A e outros itens financeiros	-369.511	0
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	133.481	-125.381
6.01.02.01	Consumidores, concessionários e permissionários	-277.585	-45.349
6.01.02.02	Subvenção CDE - Desconto Tarifário	2.900	-26.119
6.01.02.03	Repasse CDE	0	-363.916
6.01.02.04	Estoques	-1.283	-1.021
6.01.02.05	Tributos a Compensar	-2.046	83.382
6.01.02.06	Cauções e Depósitos	-7.289	-4.455
6.01.02.07	Depositos Vinculados a Litígios	-4.301	-3.697
6.01.02.08	Outros Créditos	-5.378	-15.785
6.01.02.09	Fornecedores	-36.902	309.676
6.01.02.10	Folha de Pagamento	-2.055	-10.704
6.01.02.11	Valores a receber de Parcela A e outros itens financeiros	388.551	0
6.01.02.12	Obrigações Fiscais	70.379	-29.622
6.01.02.13	Benefícios Pós Emprego	-15.580	-6.953
6.01.02.14	Pagamento das Provisões para Riscos Tributários, Cíveis e Trabalhistas	-23.516	-7.689
6.01.02.16	Programas de P&D e de eficiência energética	-18.009	-3.046
6.01.02.17	Serviço em Curso	9.971	-2.726
6.01.02.18	Consumidores - serviços prestados	-1.172	-1.719
6.01.02.19	Aporte CCRBT	-20.902	0
6.01.02.20	Outros Passivos	77.698	4.362
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-100.002	-87.435
6.02.01	Titulos e valores mobiliários	6.585	4.853
6.02.02	Aplicações no Intangível e Imobilizado	-106.587	-92.288
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	41.566	-26.783
6.03.03	Captação de Empréstimos e Financiamentos	99.364	0
6.03.04	Pagamentos de Empréstimos e Financiamentos	-27.365	-14.137
6.03.05	Pagamento de Juros de Debêntures	-18.948	0
6.03.06	Pagamento de Juros de Empréstimos e Financiamentos	-11.340	-11.868
6.03.08	Parcelamento Especial	-145	-778
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-79.032	-20.659

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2015 à 31/03/2015	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2014 à 31/03/2014
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	114.774	173.394
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	35.742	152.735

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2015 à 31/03/2015**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	1.298.230	23.254	1.264.665	0	7.023	2.593.172
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.298.230	23.254	1.264.665	0	7.023	2.593.172
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	15.573	577	16.150
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	15.573	0	15.573
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	577	577
5.05.02.06	Instrumentos financeiros derivativos - Swap	0	0	0	0	874	874
5.05.02.07	Tributos diferido s/ Instrumentos financeiros derivativos - Swap	0	0	0	0	-297	-297
5.07	Saldos Finais	1.298.230	23.254	1.264.665	15.573	7.600	2.609.322

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2014 à 31/03/2014**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	1.298.230	23.254	1.150.530	0	8.811	2.480.825
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.298.230	23.254	1.150.530	0	8.811	2.480.825
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	144.665	468	145.133
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	144.665	0	144.665
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	468	468
5.05.02.06	Instrumentos financeiros derivativos - Swap	0	0	0	0	709	709
5.05.02.07	Tributos diferido s/ Instrumentos financeiros derivativos - Swap	0	0	0	0	-241	-241
5.07	Saldos Finais	1.298.230	23.254	1.150.530	144.665	9.279	2.625.958

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2015 à 31/03/2015	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2014 à 31/03/2014
7.01	Receitas	2.006.907	1.485.138
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	1.928.671	1.401.322
7.01.02	Outras Receitas	2.884	7.678
7.01.02.02	Outras Receitas	2.884	7.678
7.01.03	Receitas refs. à Construção de Ativos Próprios	105.045	91.760
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-29.693	-15.622
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-1.171.778	-745.107
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-844.448	-491.853
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-113.249	-91.439
7.02.04	Outros	-214.081	-161.815
7.02.04.01	Encargos de uso da rede elétrica	-68.277	-55.192
7.02.04.02	Custo de construção	-105.045	-91.760
7.02.04.03	Outras despesas operacionais	-40.759	-14.863
7.03	Valor Adicionado Bruto	835.129	740.031
7.04	Retenções	-58.081	-52.885
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-58.081	-52.885
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	777.048	687.146
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	83.098	115.176
7.06.02	Receitas Financeiras	83.098	115.176
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	860.146	802.322
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	860.146	802.322
7.08.01	Pessoal	43.674	38.520
7.08.01.01	Remuneração Direta	34.306	28.987
7.08.01.02	Benefícios	5.732	6.317
7.08.01.03	F.G.T.S.	1.465	1.283
7.08.01.04	Outros	2.171	1.933
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	679.857	523.414
7.08.02.01	Federais	282.314	182.076
7.08.02.02	Estaduais	396.229	338.963
7.08.02.03	Municipais	1.314	2.375
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	121.042	95.723
7.08.03.01	Juros	64.326	42.195
7.08.03.02	Aluguéis	4.036	3.271
7.08.03.03	Outras	52.680	50.257
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	15.573	144.665
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	15.573	144.665

Comentário do Desempenho

Rio de Janeiro, 27 de abril de 2015 – A Ampla Energia e Serviços S/A (AMPLA) [BOV: CBEE3], distribuidora de energia elétrica, concessionária de serviço público federal, cuja área de concessão abrange 73% do território do estado do Rio de Janeiro, cobre 66 municípios e possui 2,9 milhões de clientes, divulga os seus resultados do primeiro trimestre de 2015 (1T15). As informações financeiras e operacionais a seguir, exceto quando indicado de outra forma, são apresentadas de acordo com a Legislação Societária.

AMPLA REGISTRA R\$ 120 MILHÕES DE EBITDA NO 1T15

Receita Líquida cresce 31,2% em relação 1T14

DESTAQUES

A Ampla Energia encerrou o 1T15 com um total de **2.903.388 consumidores***, **2,8%** superior ao mesmo período do ano anterior.

O **volume de energia vendida e transportada** pela Ampla Energia atingiu o montante de **3.259 GWh*** no 1T15, um incremento de **0,7%** em relação ao volume registrado no 1T14.

Os indicadores de qualidade do fornecimento **DEC** e **FEC** encerraram o 1T15 em **22,16 horas*** e **10,59 vezes***, representando, respectivamente, redução de **0,9%** e incremento de **8,2%**, respectivamente, em relação ao 1T14. O **índice de perdas** (TAM – Acumulado em 12 meses) da Companhia atingiu, no 1T15, o patamar de **20,19%**, um incremento de **0,23 p.p.** em relação ao mesmo período do ano anterior, de **19,96%**.

Os indicadores de produtividade **MWh/colaborador próprio** e **Consumidor/colaborador** atingiram, no 1T15, os valores de **2.757*** e **332,39***, representando reduções em relação ao 1T14.

A **Receita Operacional Bruta** registrada no 1T15 foi de **R\$ 2.034 milhões**, um incremento de **36,2%** em relação ao 1T14 (**R\$ 1.493 milhões**).

O **EBITDA**, no 1T15, alcançou o montante de **R\$ 120 milhões**, uma redução em relação ao 1T14, de **R\$ 235 milhões**. Com esse resultado, a Margem EBITDA da Companhia encerrou o 1T15 em **9,25%**.

No 1T15, o **Lucro Líquido** totalizou **R\$ 16 milhões**, apresentando uma redução em comparação ao valor do 1T14 (**R\$ 145 milhões**), refletindo uma Margem Líquida de **1,20%***.

DESTAQUES DO PERÍODO

	1T15	1T14	Var. %	4T14	Var. %(1)
Volume de Energia - Venda e Transporte (GWh)*	3.259	3.235	0,7%	3.025	7,7%
Receita Bruta (R\$ mil)	2.033.716	1.493.082	36,2%	1.940.068	4,8%
Receita Líquida (R\$ mil)	1.401.084	1.062.378	31,9%	1.537.370	-8,9%
EBITDA(2) (R\$ mil)*	119.926	234.615	-48,9%	449.667	-73,3%
Margem EBITDA (%)*	8,56%	22,08%	-13,52 p.p	29,25%	-20,69 p.p
Margem EBITDA ex- Receita de Construção*	9,25%	24,17%	-14,92 p.p	32,04%	-22,79 p.p
EBIT(3) (R\$ mil)*	61.845	181.730	-66,0%	396.521	-84,4%
Margem EBIT (%)*	4,41%	17,11%	-12,70 p.p	25,79%	-21,38 p.p
Lucro Líquido (R\$ mil)	15.573	144.665	-89,2%	244.964	-93,6%
Margem Líquida (%)*	1,11%	13,62%	-12,51 p.p	15,93%	-14,82 p.p
Margem Líquida ex- Receita de Construção*	1,20%	14,90%	-13,70 p.p	17,45%	-16,25 p.p
CAPEX (R\$ mil)*	109.075	98.991	10,2%	163.001	-33,1%
DEC (12 meses)*	22,16	22,36	-0,9%	21,79	1,7%
FEC (12 meses)*	10,59	9,79	8,2%	9,64	9,9%
Índice de Arrecadação (12 meses)*	98,22%	99,91%	-1,69 p.p	99,44%	-1,22 p.p
Perdas de Energia (12 meses)*	20,19%	19,96%	0,23 p.p	20,11%	0,08 p.p
Nº de Consumidores Totais***	2.903.388	2.825.130	2,8%	2.889.740	0,5%
Nº de Colaboradores (Próprios)	1.182	1.121	5,4%	1.166	1,4%
MWh/Colaborador Próprio*	2.757	2.885	-4,5%	2.595	6,2%
Consumidor/Colaborador*	332,39	394,08	-15,7%	342,02	-2,8%
PMSO (4)/Consumidor	76,18	57,96	31,0%	52,77	43,4%

(1) Variação entre 1T15 e 4T14;

(2) EBITDA: EBIT + Depreciações e Amortizações, (3) EBIT: Resultado do Serviço e (4) PM SO: Pessoal, Material, Serviços e Outros

* Valores não auditados pelos auditores independentes

Comentário do Desempenho

2 PERFIL CORPORATIVO

Área de Concessão

A Ampla fornece energia elétrica a 66 municípios distribuídos em 32.188 km², o que corresponde, aproximadamente, a 73% do território do Estado do Rio de Janeiro. A base comercial da Companhia compreende, aproximadamente, 2,9 milhões de unidades consumidoras e envolve uma população estimada de 7,5 milhões de habitantes.

DADOS DA ÁREA DE CONCESSÃO*

	1T15	1T14	Var. %
Área de Concessão (km2)	32.188	32.188	-
Municípios (Qte.)	66	66	-
Habitantes (Qte.) (1)	7.543.002	7.339.688	2,8%
Consumidores (Unid.)	2.903.388	2.825.130	2,8%
Linhas de Distribuição (Km)	52.951	52.017	1,8%
Linhas de Transmissão (Km)	3.804	3.804	-
Subestações (Unid.)	120	120	-
Volume de Energia 12 meses (GWh)	11.825	11.501	2,8%
Marketshare no Brasil - Nº de Clientes (2)	3,74%	3,77%	-0,03 p.p
Marketshare no Brasil - Volume de Energia (2)	2,50%	2,44%	0,06 p.p

(1) Fonte: Para ambos os trimestres, utilizamos o resultado do Censo IBGE 2010

(2) O número de consumidores Brasil está estimado



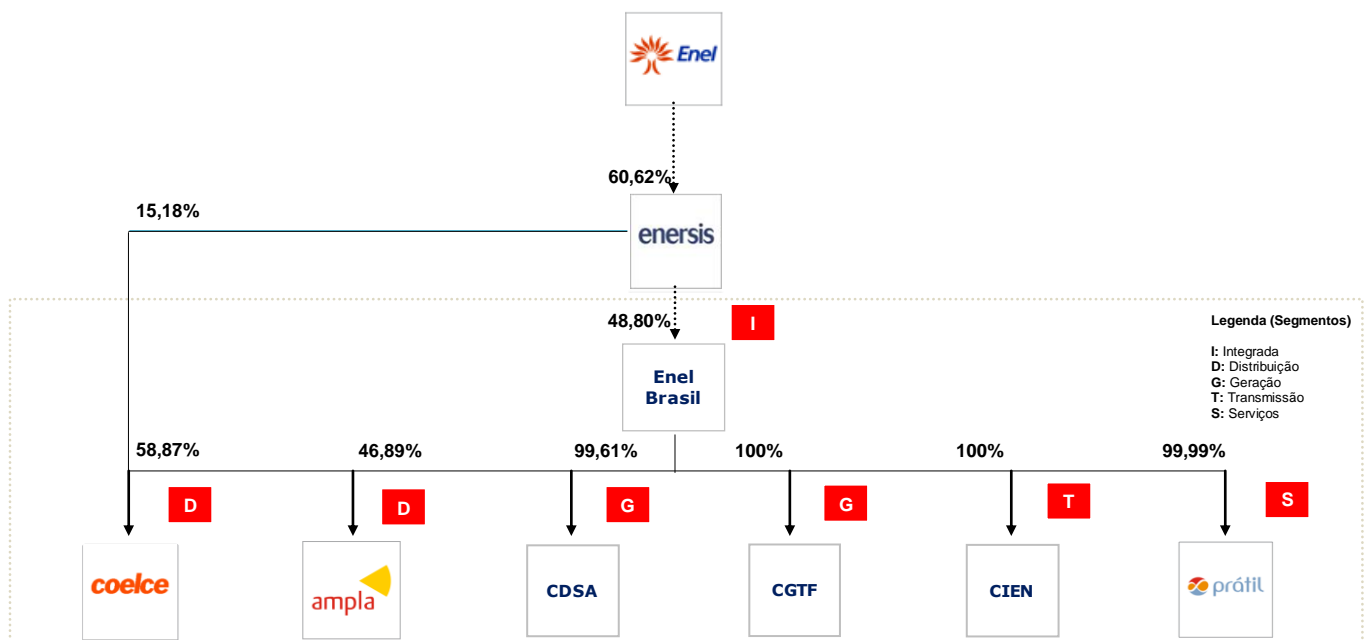
Estrutura de Controle e Organograma Societário Simplificado

Sociedade anônima de capital aberto, a Companhia é controlada pelo grupo Enel, por meio da Enel Brasil S/A, Chilectra Inversud S/A, Enersis S/A e Chilectra S/A que detém, respectivamente, 46,9%, 21,0%, 21,4% e 10,3% do capital total da Ampla Energia.

ESTRUTURA DE CONTROLE (EM 31/03/15)

	ON (lote de mil)	%	TOTAL	%
Controladores	3.908.277.080	99,64%	3.908.277.080	99,64%
Enel Brasil S/A	1.839.121.933	46,89%	1.839.121.933	46,89%
Chilectra Inversud S/A	824.607.526	21,02%	824.607.526	21,02%
Enersis S/A	838.778.796	21,38%	838.778.796	21,38%
Chilectra S/A	405.768.824	10,35%	405.768.824	10,35%
Não Controladores	14.238.839	0,36%	14.238.839	0,36%
Outros	14.238.839	0,36%	14.238.839	0,36%
Totais	3.922.515.918	100,00%	3.922.515.918	100,00%

(1) As ações ordinárias possuem Tag Along de 100%



* Valores não auditados pelos auditores independentes

Comentário do Desempenho

DESEMPENHO OPERACIONAL

Mercado de Energia

Crescimento de Mercado

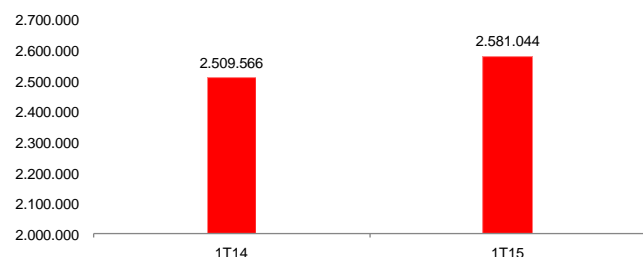
NÚMERO DE CONSUMIDORES (UNID.)*

	1T15	1T14	Var. %	4T14	Var. %(1)
Mercado Cativo	2.580.982	2.509.504	2,8%	2.561.451	0,8%
Residencial - Convencional	2.106.258	1.996.464	5,5%	2.044.608	3,0%
Residencial - Baixa Renda	236.471	277.610	-14,8%	279.175	-15,3%
Industrial	4.628	4.666	-0,8%	4.653	-0,5%
Comercial	149.801	148.829	0,7%	149.621	0,1%
Rural	66.114	65.074	1,6%	65.914	0,3%
Setor Público	17.710	16.861	5,0%	17.480	1,3%
Cientes Livres	49	49	-	50	-2,0%
Industrial	33	33	-	34	-2,9%
Comercial	16	16	-	16	-
Revenda	13	13	-	13	-
Subtotal - Consumidores Efetivos	2.581.044	2.509.566	2,8%	2.561.514	0,8%
Consumo Próprio	322	316	1,9%	325	-0,9%
Consumidores Ativos sem Fomecimento	322.022	315.248	2,1%	327.901	-1,8%
Total - Número de Consumidores	2.903.388	2.825.130	2,8%	2.889.740	0,5%

(1) Variação entre 1T15 e 4T14;

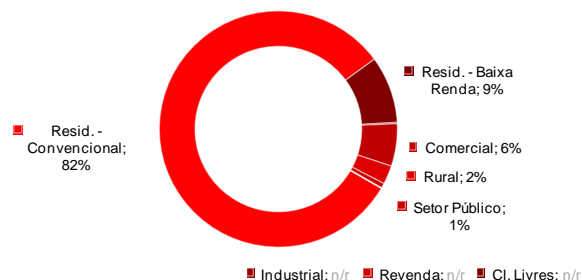
Número de Consumidores Efetivos (Unidades)*

Evolução 1T14 - 1T15



Número de Consumidores Efetivos (Unidades)*

Posição Final em mar/15



A Ampla Energia encerrou o 1T15 com um incremento de 2,8% ao número de consumidores registrado ao final do 1T14, refletindo o crescimento vegetativo do mercado seu cativo. O acréscimo observado entre os períodos analisados está concentrado na classe residencial convencional, com mais 109.794 novos consumidores*, parcialmente compensado, pela redução dos número de consumidores baixa renda com menos 41.139 consumidores, (motivado pelo o descadastramento de consumidores baixa renda, que não atendem as novas normas para a manutenção desse subsídio).

Nos últimos 12 meses, os investimentos para conexão de novos clientes à rede da Companhia totalizaram o montante de R\$ 148 milhões*.

Venda de Energia na Área de Concessão

VENDA E TRANSPORTE DE ENERGIA (GWH)*

	1T15	1T14	Var. %	4T14	Var. %(1)
Mercado Cativo	2.792	2.723	2,5%	2.494	11,9%
Cientes Livres	356	398	-10,6%	418	-14,8%
Revenda	111	114	-2,6%	113	-1,8%
Total - Venda e Transporte de Energia	3.259	3.235	0,7%	3.025	7,7%

(1) Variação entre 1T15 e 4T14;

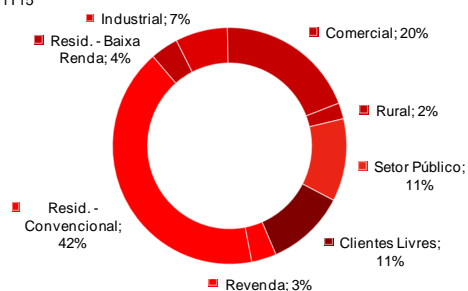
O volume total de venda e transporte de energia na área de concessão da Ampla Energia no 1T15 foi de 3.259 GWh*, o que representa um incremento de 0,7% em relação ao 1T14, cujo volume foi de 3.235 GWh*. Esta variação é o efeito combinado de (i) uma evolução de 2,5% no mercado cativo da Companhia no 1T15 em relação ao 1T14 (2.792 GWh* versus 2.723 GWh*), compensada parcialmente, por (ii) um menor volume de energia transportada para os clientes livres, cujo montante no 1T15, de 356 GWh*, foi 10,6% inferior ao registrado no 1T14, de 398 GWh. A energia (transportada) para os clientes livres gera uma receita para a Ampla Energia através da TUSD – Tarifa do Uso do Sistema de Distribuição.

* Valores não auditados pelos auditores independentes

Comentário do Desempenho

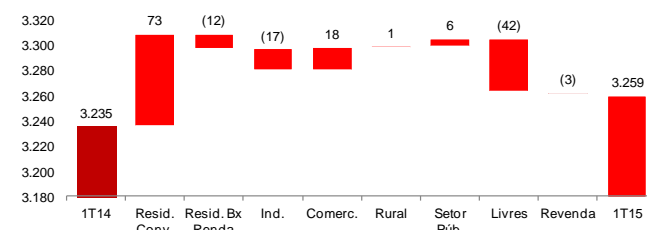
Venda e Transporte de Energia (GWh)*

Volume Total no 1T15



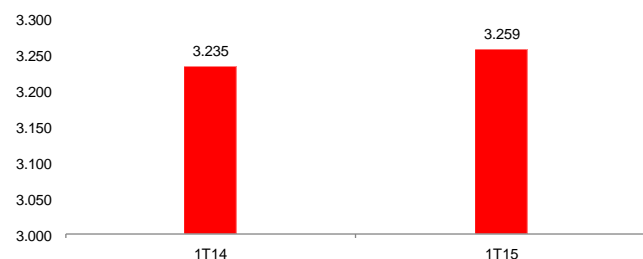
Evolução Anual do Consumo de Energia por Classe (GWh)*

Evolução 1T14 - 1T15



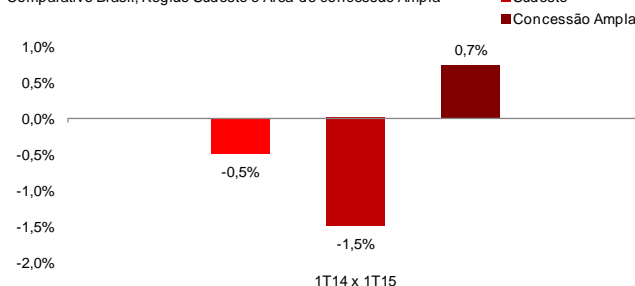
Venda e Transporte de Energia (GWh)*

Evolução 1T14 - 1T15



Evolução do Volume de Energia - Comparativos (%)**

Comparativo Brasil, Região Sudeste e Área de concessão Ampla



Mercado Cativo

VENDA DE ENERGIA NO MERCADO CATIVO (GWH)*

	1T15	1T14	Var. %	4T14	Var.%(1)
Residencial - Convencional	1.359	1.286	5,7%	1.102	23,3%
Residencial - Baixa Renda	125	137	-8,8%	127	-1,6%
Industrial	235	252	-6,7%	251	-6,4%
Comercial	634	616	2,9%	580	9,3%
Rural	71	70	1,4%	65	9,2%
Setor Público	368	362	1,7%	369	-0,3%
Total - Venda de Energia no Mercado Cativo	2.792	2.723	2,5%	2.494	11,9%

(1) Variação entre 1T15 e 4T14;

O mercado cativo da Companhia apresentou crescimento de 2,5% no 1T15, quando comparado ao 1T14. O principal fator que ocasionou o aumento do consumo no mercado cativo foi (i) o crescimento vegetativo (2,8%) do mercado cativo, compensado parcialmente, pela (ii) redução de -0,3% na venda de energia per capita no mercado cativo (conforme quadro abaixo).

VENDA DE ENERGIA PER CAPITA NO MERCADO CATIVO (KWH/CONS.)*

	1T15	1T14	Var. %	4T14	Var.%(1)
Residencial - Convencional	645	644	0,2%	539	19,7%
Residencial - Baixa Renda	529	493	7,3%	455	16,3%
Industrial	50.778	54.008	-6,0%	53.944	-5,9%
Comercial	4.232	4.139	2,2%	3.876	9,2%
Rural	1.074	1.076	-0,2%	986	8,9%
Setor público	20.779	21.470	-3,2%	21.110	-1,6%
Média - Venda per capita no Mercado Cativo	1.082	1.085	-0,3%	974	11,1%

(1) Variação entre 1T15 e 4T14;

A venda de energia per capita no mercado cativo foi de 1.082 KWh/consumidor*, representando uma redução de 0,3% em relação à observada no 1T14. As principais variações foram observadas nas seguintes classes:

(i) residencial baixa renda: a elevação observada se deve, principalmente, ao descadastramento de consumidores baixa renda, que não atendem as novas normas para a manutenção desse subsídio, estes consumidores tinham um padrão de consumo inferior aos que se encontram na base dos consumidores baixa renda atualmente.

(ii) industrial: a redução observada de 6,0%, se deve, principalmente, a retração da atividade industrial no 1T15.

* Valores não auditados pelos auditores independentes

** Fonte EPE: Valores de Brasil e Sudeste apurados até fev/15

Comentário do Desempenho

Cientes Livres

TRANSPORTE DE ENERGIA PARA OS CLIENTES LIVRES (GWH)*

	1T15	1T14	Var. %	4T14	Var. %(1)
Industrial	333	375	-11,2%	396	-15,9%
Comercial	23	23	-	22	4,5%
Total - Transporte de Energia para os Clientes Livres*	356	398	-10,6%	418	-14,8%

(1) Variação entre 1T15 e 4T14;

O transporte de energia para os clientes livres na área de concessão da Companhia no 1T15 foi de 356 GWh*, o que representa uma redução de 10,6% em relação ao 1T14, de 398 GWh, refletindo, basicamente, a queda no transporte de energia per capita aos clientes livres* em 10,6%, conforme quadro abaixo.

TRANSPORTE DE ENERGIA PER CAPITA PARA OS CLIENTES LIVRES (KWH/CONS.)*

	1T15	1T14	Var. %	4T14	Var. %(1)
Industrial	10.091	11.364	-11,2%	11.647	-13,4%
Comercial	1.438	1.438	-	1.375	4,6%
Média - Transporte per capita p/ Clientes Livres*	7.265	8.122	-10,6%	8.360	-13,1%

(1) Variação entre 1T15 e 4T14;

A redução no transporte de energia per capita aos clientes livres, de 10,6%* do 1T14 para o 1T15, foi fruto, principalmente, da retração da atividade industrial no 1T15.

Balanco Energético

BALANÇO DE ENERGIA*

	1T15	1T14	Var. %	4T14	Var. %(1)
Demanda máxima de energia (MW)	2.482	2.403	3,3%	2.406	3,2%
Energia requerida (GWh)	4.118	4.061	1,4%	3.853	6,9%
Energia distribuída (GWh)	3.204	3.212	-0,2%	3.112	3,0%
Residencial - Convencional	1.342	1.280	4,8%	1.145	17,2%
Residencial - Baixa Renda	125	137	-8,8%	127	-1,6%
Industrial	221	243	-9,1%	259	-14,7%
Comercial	614	607	1,2%	602	2,0%
Rural	70	70	-	66	6,1%
Setor Público	358	358	-	376	-4,8%
Clientes Livres	356	398	-10,6%	418	-14,8%
Revenda	111	112	-0,9%	113	-1,8%
Consumo Próprio	7	7	-	6	16,7%
Perdas na Distribuição - Sistema Ampla (GWh)	914	849	7,7%	741	23,3%
Perdas na Distribuição - Sistema Ampla (%)	22,20%	20,91%	1,29 p.p	19,23%	2,97 p.p

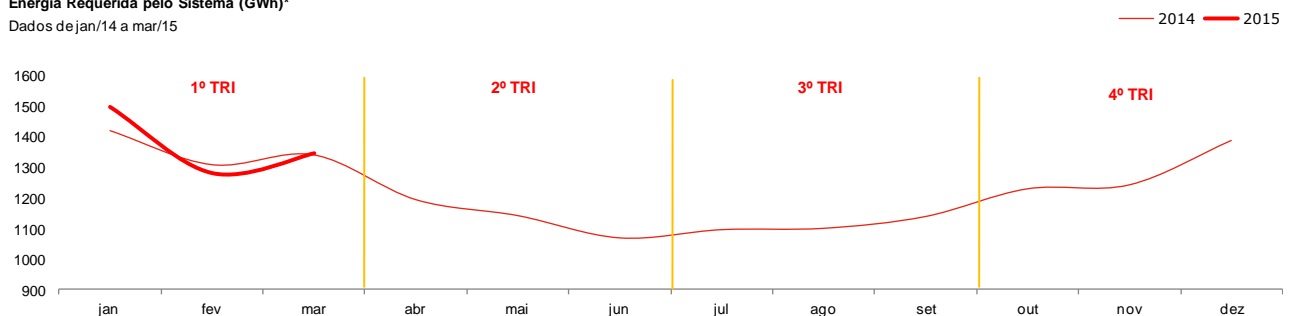
(1) Variação entre 1T15 e 4T14;

A energia total requerida pelo sistema da Ampla Energia no 1T15 foi de 4.118 GWh*, representando, um incremento de 1,4% quando comparado ao registrado no 1T14 (4.061 GWh*). Já a energia efetivamente distribuída pelo sistema apresentou uma redução de 0,2% (3.204 GWh* versus 3.212 GWh*). A diferença entre o incremento apresentado pela energia total requerida e pela energia efetivamente distribuída é o reflexo do incremento (1,29 p.p.) nas perdas no sistema de distribuição entre os trimestres comparados, que alcançou o patamar de 22,20%*, no 1T15, contra 20,91%* no 1T14.

Sazonalidade

Energia Requerida pelo Sistema (GWh)*

Dados de jan/14 a mar/15



* Valores não auditados pelos auditores independentes

Comentário do Desempenho

Compra de Energia

COMPRA DE ENERGIA (GWH)*

	1T15	1T14	Var. %	4T14	Var.%(1)
Itaipu Binacional	552	546	1,1%	559	-1,3%
Companhia Hidroelétrica do São Francisco - CHESF	548	522	5,0%	508	7,9%
Centrais Elétricas - FURNAS	360	366	-1,6%	385	-6,5%
Companhia Energética de São Paulo - CESP	54	95	-43,2%	79	-31,6%
Eletronuclear	98	99	-1,0%	101	-3,0%
Petrobras	189	99	90,9%	141	34,0%
Eletronorte	86	113	-23,9%	129	-33,3%
CEMIG	84	29	>100,0%	28	>100,0%
COPEL	38	50	-24,0%	48	-20,8%
PROINFA	58	58	-	69	-15,9%
Outros	1.250	907	37,8%	1.065	17,4%
Total - Compra de Energia s/ CCEE	3.317	2.884	15,0%	3.112	6,6%
Liquidação na CCEE	470	837	-43,8%	376	25,0%
Total - Compra de Energia	3.787	3.721	1,8%	3.488	8,6%

(1) Variação entre 1T15 e 4T14;

Os contratos de compra de energia celebrados no Ambiente de Contratação Regulada - ACR, os contratos bilaterais e a liquidação das diferenças na CCEE totalizaram, no 1T15, o montante de 3.787 GWh*, para atender a energia demandada pelo sistema da Ampla Energia. Esse montante representa um acréscimo de 1,8% (+66 GWh) em relação ao 1T14, que foi de 3.721 GWh*.

Inputs e Outputs do Sistema

INPUTS E OUTPUTS DO SISTEMA (GWH)*

	1T15	1T14	Var. %	4T14	Var.%(1)
Totais - Inputs	3.787	3.721	1,8%	3.488	8,6%
Compra de Energia	3.787	3.721	1,8%	3.488	8,6%
Contratos	3.317	2.884	15,0%	3.112	6,6%
Itaipu Binacional	552	546	1,1%	559	-1,3%
Companhia Hidroelétrica do São Francisco - CHESF	548	522	5,0%	508	7,9%
Centrais Elétricas - FURNAS	360	366	-1,6%	385	-6,5%
Companhia Energética de São Paulo - CESP	54	95	-43,2%	79	-31,6%
Eletronuclear	98	99	-1,0%	101	-3,0%
Petrobras	189	99	90,9%	141	34,0%
Eletronorte	86	113	-23,9%	129	-33,3%
CEMIG	84	29	>100,0%	28	>100,0%
COPEL	38	50	-24,0%	48	-20,8%
PROINFA	58	58	-	69	-15,9%
Outros	1.250	907	37,8%	1.065	17,4%
Liquidação CCEE	470	837	-43,8%	376	25,0%
Totais - Outputs	3.787	3.721	1,8%	3.488	8,6%
Perdas na Transmissão + Energia Não Faturada	25	58	-56,9%	53	-52,8%
Energia Distribuída - Mercado Cativo	2.737	2.702	1,3%	2.581	6,0%
Residencial - Convencional	1.342	1.280	4,8%	1.145	17,2%
Residencial - Baixa Renda	125	137	-8,8%	127	-1,6%
Industrial	221	243	-9,1%	259	-14,7%
Comercial	614	607	1,2%	602	2,0%
Rural	70	70	-	66	6,1%
Setor Público	358	358	-	376	-4,8%
Consumo Próprio	7	7	-	6	16,7%
Revenda	111	112	-0,9%	113	-1,8%
Perdas na Distribuição - Sistema Ampla	914	849	7,7%	741	23,3%

(1) Variação entre 1T15 e 4T14;

Indicadores Operacionais

INDICADORES OPERACIONAIS E DE PRODUTIVIDADE*

	1T15	1T14	Var. %	4T14	Var.%(1)
DEC 12 meses (horas)	22,16	22,36	-0,9%	21,79	1,7%
FEC 12 meses (vezes)	10,59	9,79	8,2%	9,64	9,9%
Perdas de Energia 12 meses (%)	20,19%	19,96%	0,23 p.p	20,11%	0,08 p.p
Índice de Arrecadação 12 meses (%) - Vencido	98,22%	99,91%	-1,69 p.p	99,44%	-1,22 p.p
Índice de Arrecadação 12 meses (%)	96,56%	97,79%	-1,23 p.p	98,75%	-2,19 p.p
MWh/Colaborador Próprio	2.757	2.885	-4,5%	2.595	6,2%
Consumidor/Colaborador	332,39	394,08	-15,7%	342,02	-2,8%
PMSO (2)/Consumidor	76,18	57,96	31,0%	52,77	43,4%

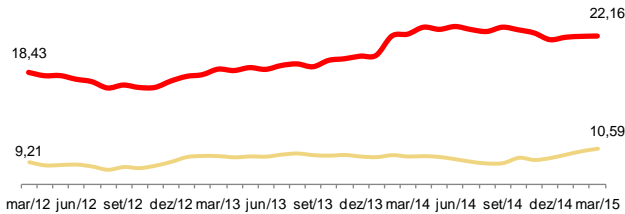
(1) Variação entre 1T15 e 4T14;

* Valores não auditados pelos auditores independentes

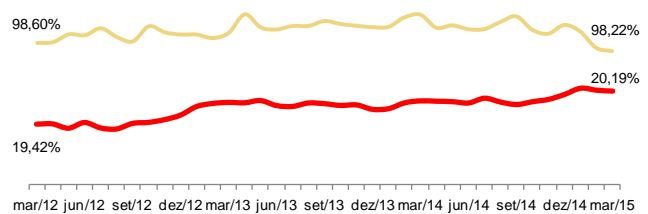
Comentário do Desempenho

Qualidade do Fornecimento

Evolução do DEC (Horas) e FEC (Vezes) TAM*
Dados de mar/12 a mar/15



Evolução das Perdas Totais (%) e Arrecadação (%) TAM*
Dados de mar/12 a mar/15



TAM - Valor Acumulado nos últimos doze meses

Qualidade do Fornecimento

Os indicadores DEC e FEC medem a qualidade do fornecimento de energia do sistema de distribuição da Ampla. Eles refletem:

- DEC (Duração Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora): a duração média em que os consumidores da Companhia tiveram o seu fornecimento de energia interrompido. Medido em horas por período (no caso, horas nos últimos 12 meses). A Ampla encerrou o 1T15 com DEC de 22,16 horas*.
- FEC (Frequência Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora): a frequência média em que os consumidores da Companhia tiveram o seu fornecimento de energia interrompido. Medido em vezes por período (no caso, vezes nos últimos 12 meses). No 1T15, o FEC alcançou o patamar de 10,59 vezes*.

A Ampla Energia investiu R\$ 128 milhões* em qualidade do sistema nos últimos 12 meses.

Disciplina de Mercado

As perdas de energia e o índice de arrecadação TAM – Taxa Anual Móvel (medição acumulada em 12 meses) apresentaram, respectivamente, incremento de 0,23 p.p. e redução 1,69 p.p. em relação aos registrados no 1T14. Nos últimos 12 meses, foi investido no combate às perdas o montante de R\$ 175 milhões*. A partir deste trimestre, a Companhia apresentará o seu índice de arrecadação considerando somente o faturamento vencido (e não o faturamento total), por entender que esta metodologia reflete com melhor eficácia a inadimplência do seu mercado consumidor.

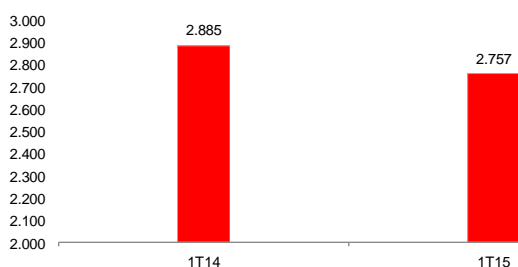
Produtividade

Os indicadores MWh/Colaborador Próprio e Consumidor/Colaborador refletem a produtividade da Companhia.

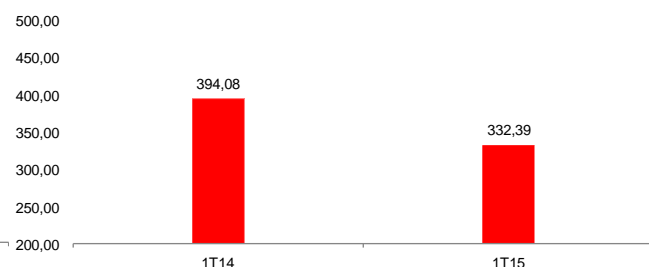
A Ampla Energia encerrou o 1T15 com o indicador de MWh/Colaborador próprio com um índice 4,5% inferior ao valor do 1T14. O indicador de Consumidor/Colaborador apresentou uma redução de 15,7% em relação ao 1T14.

O indicador PMSO/consumidor, que busca avaliar a eficiência de custos pela base comercial da Companhia, alcançou o valor de R\$ 76,18/consumidor no 1T15, o que representa um incremento em relação ao mesmo período do ano anterior, que fechou em R\$ 57,96/consumidor.

Indicador de Produtividade - MWh/Colaborador Próprio*
Evolução 1T14 - 1T15



Indicador de Produtividade - Consumidor/Colaborador*
Evolução 1T14 - 1T15



* Valores não auditados pelos auditores independentes

Comentário do Desempenho

DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

Resultado

Overview

PRINCIPAIS CONTAS DE RESULTADO (R\$ MIL) E MARGENS (%)

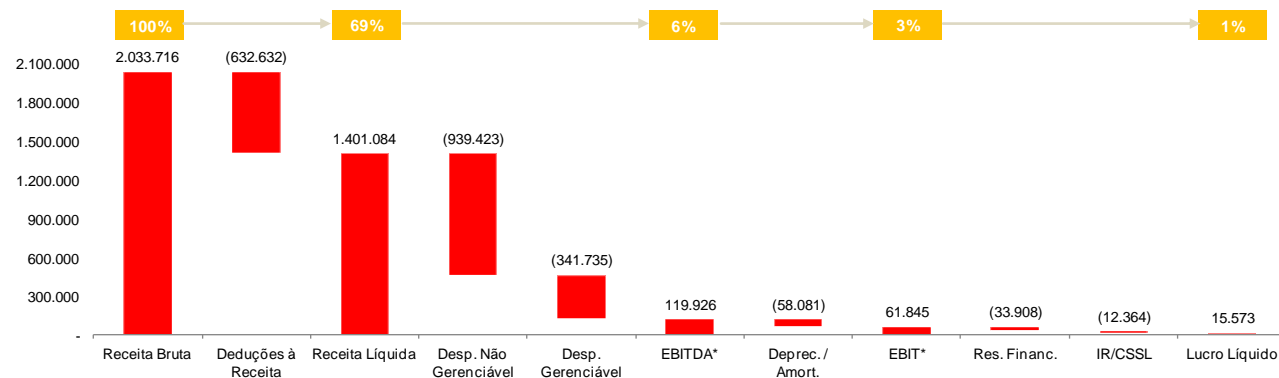
	1T15	1T14	Var. %	4T14	Var. %(1)
Receita Operacional Bruta	2.033.716	1.493.082	36,2%	1.940.068	4,8%
Deduções à Receita Operacional	(632.632)	(430.704)	46,9%	(402.698)	57,1%
Receita Operacional Líquida	1.401.084	1.062.378	31,9%	1.537.370	-8,9%
Custos do Serviço e Despesas Operacionais	(1.339.239)	(880.648)	52,1%	(1.140.849)	17,4%
EBITDA(2)*	119.926	234.615	-48,9%	449.667	-73,3%
Margem EBITDA*	8,56%	22,08%	-13,52 p.p	29,25%	-20,69 p.p
Margem EBITDA ex- Receita de Construção*	9,25%	24,17%	-14,92 p.p	32,04%	-22,79 p.p
EBIT(3)*	61.845	181.730	-66,0%	396.521	-84,4%
Margem EBIT*	4,41%	17,11%	-12,70 p.p	25,79%	-21,38 p.p
Resultado Financeiro	(33.908)	37.495	<-100,0%	(44.495)	-23,8%
Imposto de Renda e Contribuição Social	(12.364)	(74.560)	-83,4%	(107.062)	-88,5%
Lucro Líquido	15.573	144.665	-89,2%	244.964	-93,6%
Margem Líquida	1,11%	13,62%	-12,51 p.p	15,93%	-14,82 p.p
Margem Líquida ex- Receita de Construção	1,20%	14,90%	-13,70 p.p	17,45%	-16,25 p.p
Lucro por Lote de Mil Ações (R\$/lote de mil ações)	0,004	0,037	-89,2%	0,062	-93,6%

(1) Variação entre 1T15 e 4T14;

(2) EBITDA: Resultado do Serviço + Depreciações e Amortizações; (3) EBIT: Resultado do Serviço

Principais Contas do Resultado (R\$ Mil)

Overview 1T15



Receita Operacional Bruta

RECEITA OPERACIONAL BRUTA (R\$ MIL)

	1T15	1T14	Var. %	4T14	Var. %(1)
Fornecimento de Energia	1.478.684	1.287.474	14,9%	1.262.638	17,1%
Valores a Receber de Parcela A e outros itens financeiros	337.435	-	-	415.789	-18,8%
Baixa Renda	15.606	15.884	-1,8%	16.233	-3,9%
Subvenção CDE - Desconto Tarifário	28.145	26.119	7,8%	27.018	4,2%
Fornecimento de Energia Total	1.859.870	1.329.477	39,9%	1.721.678	8,0%
Suprimento de Energia Elétrica	14.810	11.942	24,0%	15.568	-4,9%
Receita pela Disponibilidade da Rede Elétrica	46.987	43.958	6,9%	41.778	12,5%
Receita - IFRIC 12	105.045	91.760	14,5%	133.812	-21,5%
Outras Receitas	7.004	15.945	-56,1%	27.232	-74,3%
Total - Receita Operacional Bruta	2.033.716	1.493.082	36,2%	1.940.068	4,8%

(1) Variação entre 1T15 e 4T14;

A receita operacional bruta da Ampla Energia alcançou, no 1T15, R\$ 2.034 milhões, um acréscimo de 36,2% em relação ao 1T14, de R\$ 1.493 milhões (+R\$ 541 milhões). Esse acréscimo é resultado, resultado dos seguintes principais efeitos:

- Incremento de 14,9% (R\$ 1.479 milhões versus R\$ 1.287 milhões) na receita pelo fornecimento de energia (+R\$ 192 milhões); O incremento de 11,7% da linha de fornecimento de energia está associada aos seguintes fatores:
 - Incremento de 2,5% no volume de energia vendida para o mercado cativo da Companhia (2.792 GWh no 1T15 versus 2.723 GWh no 1T14),
 - Efeito da revisão tarifária de 2014, que incrementou as tarifas em 2,64% em média, a partir de 15 de abril de 2014, com efeito retroativo a 15 de março de 2014.
 - Descadastramento de 12,5% (em média) dos consumidores Baixa Renda no 1T15, reflexo, do não atendimento à certas exigências por parte destes consumidores e seu consequente desenquadramento (em termos contábeis, isso significa que houve uma "reclassificação" da rubrica Subsidio Baixa Renda para Fornecimento de Energia Elétrica).
 - Entrada em vigor do Sistema de Bandeiras Tarifárias, que durante todo o 1T15 apresentou como resultado a bandeira vermelha, devido ao custo marginal de operação (CMO) ter sido superior a R\$ 388,48 MWh.

Comentário do Desempenho

(v) Efeito do Reajuste Tarifário de 2015, aplicado a partir de 15 de março de 2015, que incrementou as tarifas dos consumidores da Ampla em 37,46% em média.

- Incremento de R\$ 337 milhões na rubrica de Valores a receber de Parcela A e outros itens financeiros como resultado da adoção do regime de competência na contabilização dos ativos e passivos regulatórios constituídos nos seus resultados e balanços societários (IFRS), após assinatura de termo aditivo ao contrato de concessão (processo nº 48500.0005603/2014-05, publicado no Diário Oficial da União no dia 22 de dezembro de 2014).

Excluindo-se o efeito da receita operacional - IFRIC 12, a receita operacional bruta da Companhia no 1T15 alcançou o montante de R\$ 1.929 milhões, o que representa um incremento de 37,6% em relação ao mesmo período do ano anterior, cujo montante foi de R\$ 1.401 milhões (+R\$ 528 milhões).

Deduções da Receita

DEDUÇÕES DA RECEITA (R\$ MIL)

	1T15	1T14	Var. %	4T14	Var. % (1)
ICMS	(396.212)	(338.963)	16,9%	(320.376)	23,7%
PIS	(22.045)	(12.770)	72,6%	(10.618)	>100,0%
COFINS	(101.540)	(58.818)	72,6%	(48.905)	>100,0%
ISS	(524)	(1.219)	-57,0%	(613)	-14,5%
Total - Tributos	(520.321)	(411.770)	26,4%	(380.512)	36,7%
Subvenção CDE	(99.299)	(7.273)	>100,0%	(13.711)	>100,0%
Programa de Eficiência Energética e P&D	(10.953)	(9.782)	12,0%	(8.475)	29,2%
Taxa de Fiscalização da ANEEL	(2.059)	(1.879)	9,6%	-	-
Total - Encargos Setoriais	(112.311)	(18.934)	>100,0%	(22.186)	>100%
Total - Deduções da Receita	(632.632)	(430.704)	46,9%	(402.698)	57,1%

(1) Variação entre 1T15 e 4T14;

As deduções da receita apresentaram incremento de 46,9% em relação ao mesmo trimestre do ano anterior, alcançando -R\$ 632 milhões no 1T15, contra -R\$ 431 milhões no 1T14 (-R\$ 201 milhões), como resultado das seguintes variações relevantes:

- Acréscimo de 26,4% (-R\$ 520 milhões versus -R\$ 412 milhões) nos tributos ICMS/PIS/COFINS/ISS (+R\$ 108 milhões): Esta variação deve-se, principalmente, ao incremento da base de cálculo para apuração destes tributos, em função do aumento na receita bruta da Companhia os períodos analisados; PIS/COFINS - Neste caso, além do incremento da Receita Bruta da Companhia, houve o reconhecimento no resultado societário (IFRS) dos valores a receber/a repassar referentes as diferenças de alíquotas de PIS/COFINS no 1T15. Anteriormente (1T14) estes valores não transitavam pelo resultado societário.
- Acréscimo de -R\$ 93 milhões (-R\$ 112 milhões versus -R\$ 19 milhões) nos encargos setoriais: O incremento, se deve, basicamente, a elevação substancial da cota para a Conta de Desenvolvimento Energético – CDE, o que motivou a necessidade de reconhecer a cobertura tarifária compatível com as cotas homologadas.

Custos e Despesas Operacionais

CUSTOS DO SERVIÇO E DESPESAS OPERACIONAIS (R\$ MIL)

	1T15	1T14	Var. %	4T14	Var. % (1)
Custos e despesas não gerenciáveis					
Energia Elétrica Comprada para Revenda	(844.448)	(491.853)	71,7%	(772.968)	9,2%
Outros	-	-	-	(1.285)	-100,0%
Encargos de Uso/de Serviço do Sistema	(94.975)	(65.613)	44,8%	(23.355)	>100,0%
Total - Não gerenciáveis	(939.423)	(557.466)	68,5%	(797.608)	17,8%
Custos e despesas gerenciáveis					
Pessoal	(48.146)	(37.408)	28,7%	(46.398)	3,8%
Material e Serviços de Terceiros	(113.249)	(91.439)	23,9%	(82.170)	37,8%
Custo na Desativação de Bens	(2.075)	(18)	>100,0%	(3.779)	-45,1%
Depreciação e Amortização	(58.081)	(52.885)	9,8%	(53.146)	9,3%
Provisões para Créditos de Liquidação Duvidosa	(29.693)	(15.622)	90,1%	(2.660)	>100,0%
Provisão para Contingências	(22.377)	(9.400)	>100,0%	(8.695)	>100,0%
Custo de Construção (IFRIC 12)	(105.045)	(91.760)	14,5%	(133.812)	-21,5%
Indenizações DIC / FIC	(13.436)	(14.771)	-9,0%	-	-
Outras Despesas Operacionais	(7.714)	(9.879)	-21,9%	(12.581)	-38,7%
Total - Gerenciáveis	(399.816)	(323.182)	23,7%	(343.241)	16,5%
Total - Custos do Serviço e Despesa Operacional	(1.339.239)	(880.648)	52,1%	(1.140.849)	17,4%

(1) Variação entre 1T15 e 4T14;

Os custos e despesas operacionais no 1T15 alcançaram -R\$ 1.339 milhões, representando um incremento de 52,1% em relação ao 1T14. Este acréscimo é o efeito, principalmente, das seguintes variações:

Acréscimo de 68,5% (-R\$ 939 milhões versus -R\$ 557 milhões) nos custos e despesas não gerenciáveis (-R\$ 356 milhões), por:

- Incremento de 71,7% (-R\$ 844 milhões versus -R\$ 492 milhões) na energia elétrica comprada para revenda (-R\$ 352 milhões): *O incremento acima mencionado se deve aos seguintes fatores:*
 - Incremento de 1,8% no volume de energia comprada (CCEARs e Bilaterais) entre o 1T15 e o 1T14;
 - Reajuste de preço dos contratos de compra de energia vigentes, ocorridos entre os períodos (principalmente pelo índice de inflação IPCA, indicador que reajusta os CCEARs), além disso, as tarifas a serem aplicadas por Itaipu em 2015 foram reajustadas em 46%, devido a desvalorização do real em relação dólar, que é um dos indicadores usados para reajuste tarifário (Resolução Homologatória 1.836/2014);
 - Maior tarifa média (mix) de compra de energia, devido à entrada de novos contratos (especialmente de térmicas) que possuem uma tarifa mais elevada, já incluindo aqueles que oriundos do leilão A-0 de 2014, vigentes a partir de maio de 2014, leilão A-1 de 2014, vigentes a partir de janeiro de 2015 e leilão de ajuste, vigentes a partir de fevereiro de 2015;

Comentário do Desempenho

- (iv) Aumento do custo variável pago às térmicas despachadas dentro da ordem de mérito pelo ONS, para garantir o nível mínimo dos reservatórios nacionais;
- (v) Contabilização/reconhecimento, no 1T14, das medidas do Governo Federal de auxílio às distribuidoras de energia, mediante os Decretos 8.023/14 e 8.221/14. O item (iv) e a compra de energia no mercado spot em 2014 foram compensados pelos repasses oriundos da CONTA-ACR.

Estes acréscimos foram parcialmente compensados pela:

- (vi) Menor custo com compra de energia no mercado de curto prazo, tendo em vista a redução do Preço de Liquidação das Diferenças (PLD) entre os trimestres comparados, devido a redução do preço teto do PLD.
- Incremento de 44,8% na rubrica de encargo de uso da rede elétrica/serviço do sistema (-R\$ 29 milhões): Este incremento se deve, principalmente, à modificações na metodologia de cálculo do custo com transporte de energia, conforme procedimento definido na Audiência Pública Nº 017/2014 e homologado pela Resolução Nº 1.758/14. Todos os incrementos oriundos desta mudança de metodologia serão repassados à tarifa na próxima revisão tarifária da Companhia. Além disso, em dezembro de 2014, houve a redução do preço teto do PLD, o que ocasionou uma maior quantidade de mais térmicas sendo despachadas fora da ordem de mérito, refletindo em uma maior incidência do ESS.

Incremento de 23,7% (-R\$ 400 milhões versus -R\$ 323 milhões) nos custos e despesas gerenciáveis (-R\$ 77 milhões). As principais variações são:

- Incremento de 28,7% (-R\$ 48 milhões versus -37 milhões) nas despesas com pessoal (-R\$ 11 milhões): Essa variação se devem, principalmente, (i) amenor ativação de despesas com pessoal, tendo em vista menores investimentos no período e (ii) ao plano de demissão voluntária (PDV), levado em custo no 1T15.
- Incremento de 23,9% (-R\$ 113 milhões versus -91 milhões) em material e serviços de terceiros (-R\$ 22 milhões): O incremento se deve, basicamente, a maiores operações em campo, principalmente, serviço de manutenção da rede de distribuição, em conjunto, com os reajustes contratuais entre os períodos comparados.
- Incremento de -R\$ 13 milhões na rubrica de provisões para contingências (-R\$ 22 milhões versus -R\$ 9 milhões): Esta variação reflete, basicamente, ingressos de novas contingências, sendo que elas são, basicamente, de natureza cível e trabalhista.

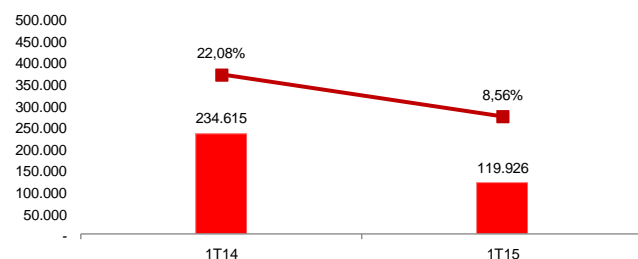
Incremento de 90,1% na rubrica de provisão para créditos de liquidação duvidosa (-R\$ 14 milhões) : Este incremento se deve, principalmente, ao aumento da inadimplência entre os trimestres comparados em função dos seguintes efeitos: (i) aumento generalizado das tarifas de energia aos consumidores finais, devido ao reajuste tarifário que incrementou as tarifas dos consumidores em 2,64% em média, a partir de 15 de abril de 2014, com efeito retroativo a 15 de março de 2014, em conjunto com a entrada do sistema de bandeiras tarifárias, em conjunto, com (ii) descadastramento de 12,5% (em média) dos consumidores Baixa Renda no 1T15, que fizeram com que esses consumidores perdessem o direito ao subsídio da tarifa social.

Excluindo-se o efeito do custo operacional - IFRIC 12, os custos e despesas gerenciáveis da Companhia, no 1T15, alcançaram o montante de -R\$ 294 milhões, o que representa um incremento de 27,4% em relação ao mesmo período do ano anterior, cujo montante foi de -R\$ 231 milhões (-R\$ 63 milhões).

EBITDA

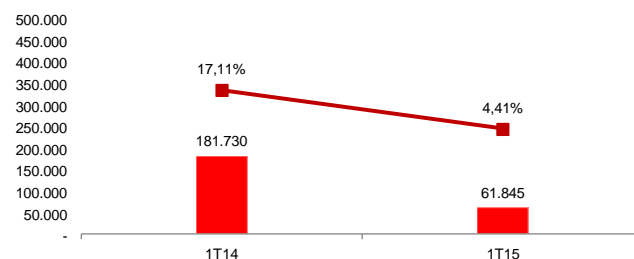
EBITDA (R\$ Mil) e Margem EBITDA (%)*

Evolução 1T14 - 1T15



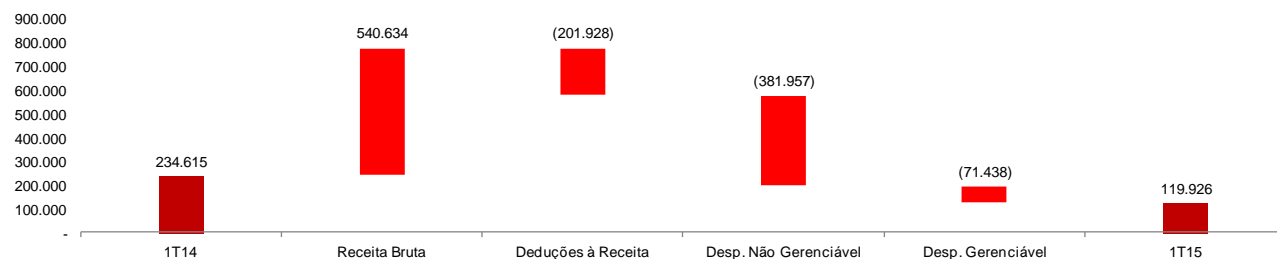
EBIT (R\$ Mil) e Margem EBIT (%)*

Evolução 1T14 - 1T15



Análise da Evolução do EBITDA (R\$ Mil)*

Evolução 1T14 - 1T15

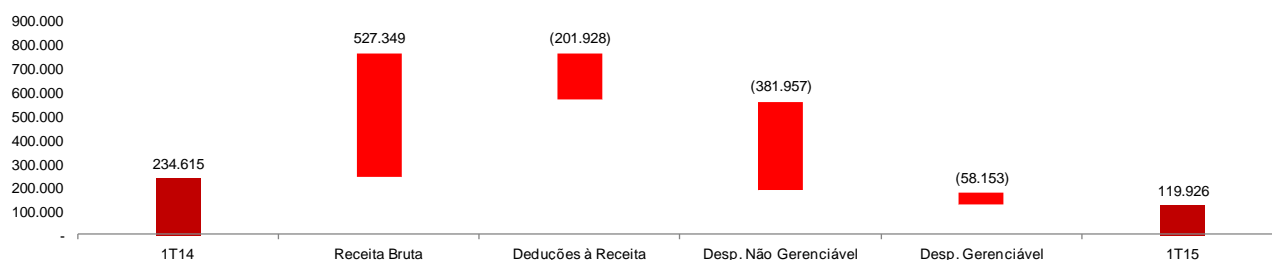


* Valores não auditados pelos auditores independentes

Comentário do Desempenho

Análise da Evolução do EBITDA (R\$ Mil)* s/ variações de Receita e Custo de Construção

Evolução 1T14 - 1T15



O EBITDA da Ampla Energia no 1T15, atingiu o montante de R\$ 120 milhões*, o que representa uma redução em relação ao 1T14 (R\$ 235 milhões). A margem EBITDA da Companhia no 1T15 foi de 9,25%*, refletindo uma redução de 14,92 p.p. em relação ao 1T14.

Segue abaixo a conciliação dos valores que os compõem os cálculos do EBITDA e do EBIT, constantes das demonstrações financeiras da companhia, de acordo com a instrução CVM nº 527, de 04 de outubro de 2012:

CONCILIAÇÃO DO EBITDA E DO EBIT (R\$ MIL)

	1T15	1T14	Var. %	4T14	Var. %(1)
Lucro Líquido do Período	15.573	144.665	-89,2%	244.964	-93,6%
(+) Tributo sobre o Lucro (NE 30)	12.364	74.560	-83,4%	107.062	-88,5%
(+) Resultado Financeiro (NE 29)	33.908	(37.495)	<-100,0%	44.495	-23,8%
(=) EBIT	61.845	181.730	-66,0%	396.521	-84,4%
(+) Depreciações e Amortizações (NE 28)	58.081	52.885	9,8%	53.146	9,3%
(=) EBITDA	119.926	234.615	-48,9%	449.667	-73,3%

(1) Variação entre 1T15 e 4T14;

O EBITDA funciona como um indicador de desempenho econômico geral e revela-se uma ferramenta significativa para comparar, periodicamente, o desempenho operacional da companhia, assim como para embasar determinadas decisões de natureza administrativa. O EBITDA permite uma melhor compreensão não apenas sobre o desempenho econômico, mas também serve como uma proxy para aferir a capacidade de cumprir com as obrigações passivas e como referência para se obter recursos para as despesas de capital e para o capital de giro.

Resultado Financeiro

RESULTADO FINANCEIRO (R\$ MIL)

	1T15	1T14	Var. %	4T14	Var. %(1)
Receitas Financeiras					
Renda de Aplicação Financeira	2.196	5.243	-58,1%	8.133	-73,0%
Receita/Despesa Ativo Indenizável	23.391	74.612	-68,6%	36.630	-36,1%
Multas e Acréscimos Moratórios	15.703	14.274	10,0%	13.557	15,8%
Valores a Receber de Parcela A e outros itens financeiros	32.076	-	-	-	-
Outras Receitas Financeiras	9.732	21.047	-53,8%	10.335	-5,8%
Total - Receitas Financeiras	83.098	115.176	-27,9%	68.655	21,0%
Despesas financeiras					
Encargos de Dívidas	(43.813)	(30.378)	44,2%	(40.405)	8,4%
Atualização Financeira de provisão para contingências	(32.258)	(12.535)	>100,0%	(37.203)	-13,3%
Encargo de Fundo de Pensão	(10.730)	(11.630)	-7,7%	(11.631)	-7,7%
Multas	(2.484)	(3.944)	-37,0%	(987)	>100,0%
Variações Monetárias	(20.513)	(11.817)	73,6%	(11.078)	85,2%
IJF	(1.736)	(1.048)	65,6%	(716)	>100,0%
Outras Despesas Financeiras	(5.472)	(6.329)	-13,5%	(11.130)	-50,8%
Total - Despesas Financeiras	(117.006)	(77.681)	50,6%	(113.150)	3,4%
Total - Receitas e Despesas Financeiras	(33.908)	37.495	<-100,0%	(44.495)	-23,8%

(1) Variação entre 1T15 e 4T14;

O resultado financeiro da Ampla Energia no 1T15 foi de -R\$ 34 milhões, apresentando uma redução em relação ao mesmo trimestre do ano anterior, como resultado das seguintes variações relevantes:

Redução de 27,9% nas receitas financeiras (-R\$ 32 milhões) principalmente, por:

- Redução de 58,1% (+R\$ 2 milhões versus +R\$ 5 milhões) em renda de aplicações financeiras (-R\$ 3 milhões): A variação reflete, principalmente, a redução do caixa médio no 1T15 em relação ao mesmo período do ano passado, em conjunto, com a variação de 1,83 p.p. do CDI médio entre os trimestres comparados.
- Redução de 68,6% (+R\$ 23 milhões versus +R\$ 75 milhões) na rubrica de receita/despesa ativo indenizável (-R\$ 52 milhões): A redução se deve ao alinhamento do modelo de cálculo do Ativo Indenizável com a atualização pelo VNR, para adequar-se à metodologia mais recente adotada pela Aneel, que levou a uma redução dos valores do ativo indenizável a partir de junho de 2014.
- Incremento de +R\$ 32 milhões na rubrica de valores a receber de parcela e outros itens financeiros: Essa variação se deve, principalmente, à atualização financeira dos ativos a receber da parcela A e outros itens financeiros, devido à assinatura do aditivo ao contrato de concessão, alteração que permitiu à Ampla e demais distribuidoras contabilizar nos seus resultados e balanços societários (IFRS), pelo regime de competência, os ativos e passivos regulatórios constituídos. O termo aditivo ao contrato de concessão, processo nº 48500.0005603/2014-05, foi publicado no Diário Oficial da União no dia 22 de dezembro de 2014.

Comentário do Desempenho

Incremento de 50,6% (-R\$ 117 milhões versus -R\$ 78 milhões) nas despesas financeiras (-R\$ 39 milhões), principalmente, por:

- Incremento de 44,2% (-R\$ 44 milhões versus -R\$ 30 milhões) nos encargos de dívidas (-R\$ 14 milhões): Esta variação se deve, basicamente, a variação da dívida bruta da Companhia entre os trimestres comparados, em conjunto, com a variação de 1,83 p.p. do CDI médio entre o 1T15 e 1T14.
- Incremento de -R\$ 20 milhões na rubrica atualização financeira de provisão para contingências (-R\$ 37 milhões versus -R\$ 16 milhões): Esta variação reflete, basicamente, ingressos de novas contingências de natureza cível e trabalhista.
- Incremento de 73,9% (-R\$ 21 milhões versus -R\$ 12 milhões) na rubrica de variações monetárias (-R\$ 9 milhões): Este incremento se deve, principalmente, a variação do IPCA (Índices de Preço ao Consumidor Ampla) em 1,65 p.p entre os trimestres comparados, incidente sobre uma maior base de cálculo para as variações monetárias neste trimestre, já que não houve amortização das variações monetárias entre o 1T15 e o 1T14.

IR/CSLL

IR/CSLL (R\$ mil)

	1T15	1T14	Var. %	4T14	Var. %(1)
IR e CSLL	(12.364)	(74.560)	-83,4%	(107.062)	-88,5%
Total - IR/CSLL	(12.364)	(74.560)	-83,4%	(107.062)	-88,5%

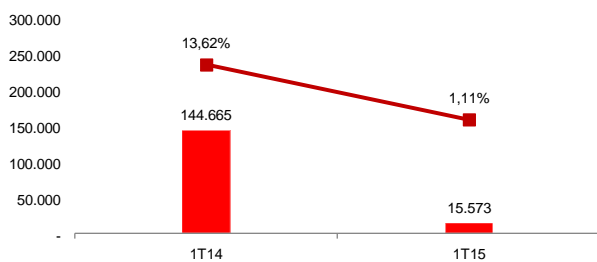
(1) Variação entre 1T15 e 4T14;

As despesas com Imposto de Renda (IR) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) no 1T15 registraram -R\$ 12 milhões, uma redução de (-R\$ 63 milhões) em relação ao mesmo período do ano anterior, de -R\$ 75 milhões, essa variação deve-se, basicamente, a redução da base de cálculo destes tributos.

Lucro Líquido

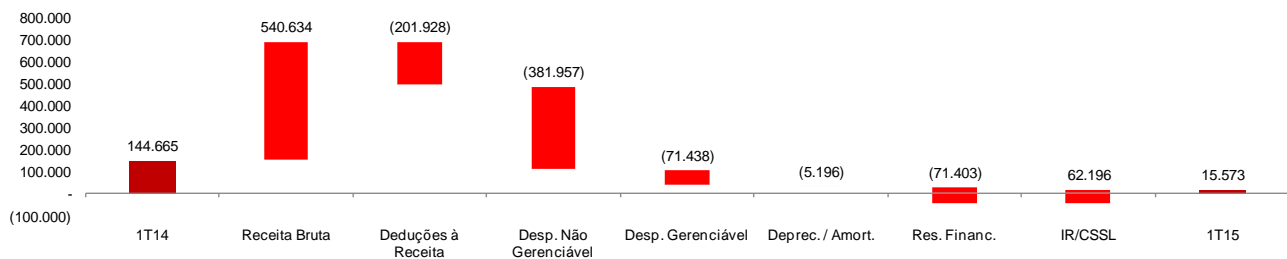
Lucro Líquido (R\$ Mil) e Margem Líquida (%)

Evolução 1T14 - 1T15



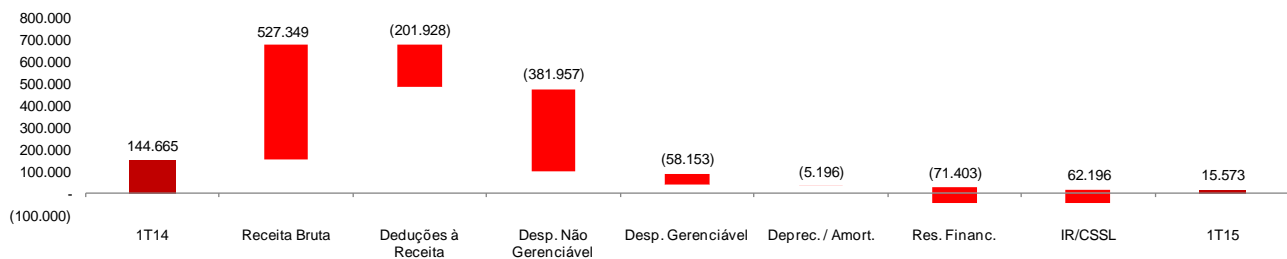
Análise da Evolução do Lucro Líquido (R\$ Mil)

Evolução 1T14 - 1T15



Análise da Evolução do Lucro Líquido (R\$ Mil) s/ variações de Receita e Custo de Construção

Evolução 1T14 - 1T15



A Ampla Energia registrou no 1T15 um lucro líquido de R\$ 16 milhões, valor inferior ao registrado no 1T14, que alcançou o montante de R\$ 145 milhões. Desta forma, a Margem Líquida no 1T15 alcançou 1,20%.

Comentário do Desempenho

Endividamento

INDICADORES DE ENDIVIDAMENTO*

	1T15	1T14	Var. %	4T14	Var. %(1)
Dívida bruta (R\$ mil)	1.903.303	1.541.595	23,5%	1.797.894	5,9%
(-) Disponibilidades - Caixa e Equivalentes (R\$ mil)	47.309	211.474	-77,6%	132.926	-64,4%
Dívida líquida (R\$ mil)	1.855.994	1.330.121	39,5%	1.664.968	11,5%
Dívida bruta / EBITDA(3)*	2,23	1,68	32,7%	1,86	19,9%
EBITDA(2) / Encargos de Dívida(2)*	6,06	7,91	-23,4%	6,88	-11,9%
Dívida bruta / (Dívida bruta + PL)	0,42	0,37	14,0%	0,41	3,0%
Dívida líquida / (Dívida líquida + PL)	0,42	0,34	23,6%	0,39	6,3%

(1) Variação entre 1T15 e 4T14;

(2) EBITDA e Encargo de Dívida acumulado nos últimos 12 meses

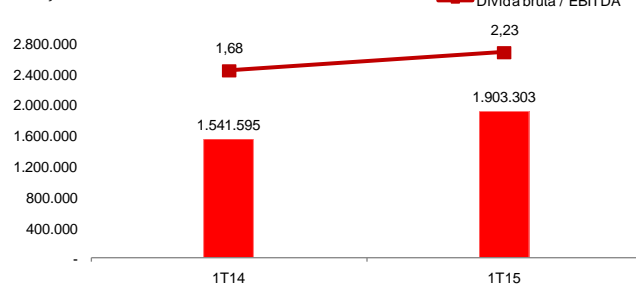
A dívida financeira bruta da Ampla Energia encerrou o 1T15 em R\$ 1.903 milhões, um incremento de 23,5% em relação ao mesmo período do ano anterior, que foi de R\$ 1.542 milhões (+R\$ 361 milhões). Este incremento deve-se, basicamente, à: (i) à 8ª emissão de debêntures da Companhia, no montante de R\$ 300 milhões, em conjunto, com (ii) o Mútuo da Ampla junto a Enel Brasil, no montante de aproximadamente de R\$ 99 milhões e (iii) constituição de provisões de encargos e variações monetárias, compensados parcialmente, por (iv) amortizações e liquidações de dívidas bancárias no montante de R\$ 96 milhões.

A Ampla Energia encerrou o 1T15 com o custo médio da dívida em 11,65% a.a.*, ou CDI + 0,51% a.a.*

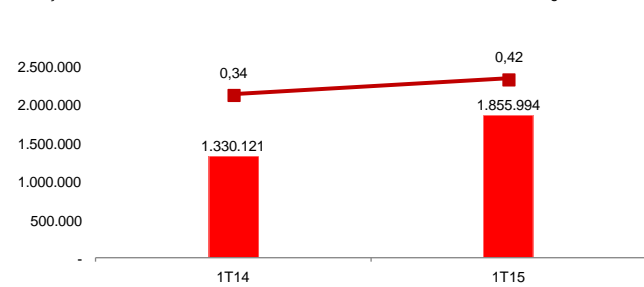
Colchão de Liquidez

No ano de 2014, foi autorizada pela Aneel a realização de operações de mútuo da Enel Brasil para a Coelce, com o objetivo de assegurar a liquidez da companhia em caso de necessidade, no montante de até R\$ 200 milhões e prazo máximo de 2 anos. Além disso, para se precaver de qualquer necessidade emergencial de caixa, a Companhia tem a seu dispor R\$ 170 milhões em linhas de crédito abertas com bancos em caráter irrevogável (linhas comprometidas), para utilização com prazo máximo de captação de 2 anos, além de R\$ 50 milhões em limites abertos de conta garantida para utilização em operações de curto prazo.

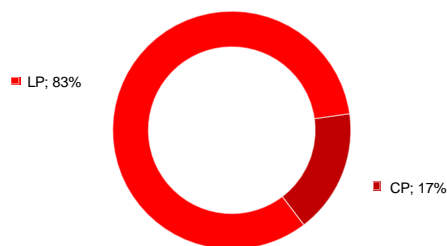
Dívida Bruta (R\$ Mil) e Dívida Bruta / EBITDA* (Vezez)
Evolução 1T14 - 1T15



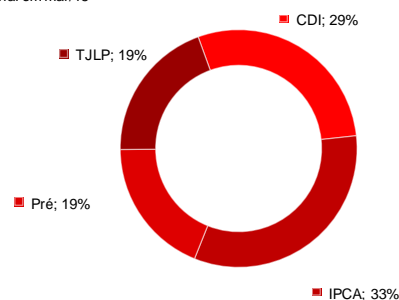
Dívida Líquida (R\$ Mil) e Alavancagem (Vezez)
Evolução 1T14 - 1T15



Abertura da Dívida Bruta - CP e LP
Posição Final em mar/15



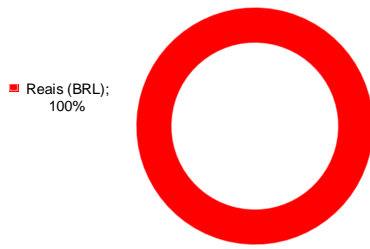
Abertura da Dívida Bruta - Indexadores
Posição Final em mar/15



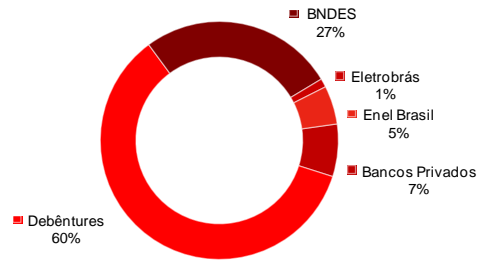
* Valores não auditados pelos auditores independentes

Comentário do Desempenho

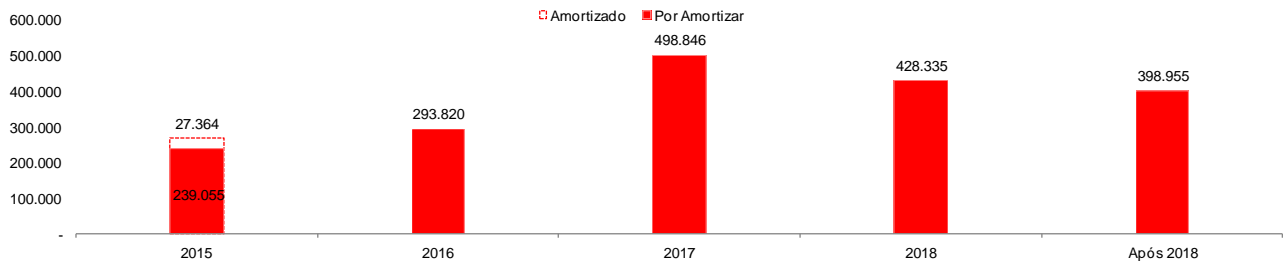
Abertura da Dívida Bruta - Moedas
Posição Final em mar/15



Abertura da Dívida Bruta - Credor
Posição Final em mar/15



Curva de Amortização (R\$ Mil)
Posição Final em mar/15



Investimentos

INVESTIMENTOS (R\$ MIL)*

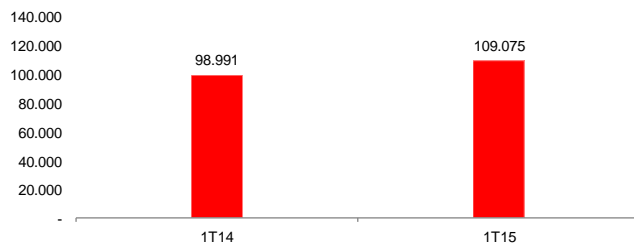
	1T15	1T14	Var. %	4T14	Var. %(1)
Novas Conexões	24.123	30.169	-20,0%	41.961	-42,5%
Rede	37.876	51.855	-27,0%	124.809	-69,7%
Combate às Perdas	33.080	41.937	-21,1%	48.298	-31,5%
Qualidade do Sistema Elétrico	4.148	6.311	-34,3%	49.458	-91,6%
Outros	648	3.607	-82,0%	27.053	-97,6%
Medidores	661	(11)	<-100,0%	2.597	-74,5%
Outros (Non - Network)	2.154	9.292	-76,8%	11.621	-81,5%
Varição de Estoque	44.261	7.686	>100,0%	(17.987)	<-100,0%
Total Investido	109.075	98.991	10,2%	163.001	-33,1%
Aportes / Subsídios	(5.338)	(6.222)	-14,2%	(14.272)	-62,6%
Investimento Líquido	103.737	92.769	11,8%	148.729	-30,3%

(1) Variação entre 1T15 e 4T14;

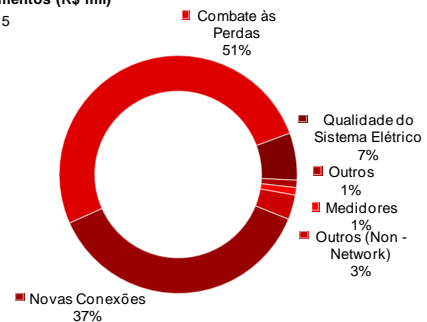
Os investimentos realizados pela Ampla Energia no 1T15 alcançaram R\$ 109 milhões*, um acréscimo de 10,2% (+R\$ 10 milhões) em relação ao 1T14, cujo montante foi de R\$ 99 milhões*.

Excluindo os aportes e subsídios realizados, os investimentos líquidos realizados pela Ampla Energia no 1T15 atingiram R\$ 104 milhões*, montante 11,8% superior ao realizado no 1T14 (R\$ 92 milhões).

Investimentos Totais (R\$ Mil)*
Evolução 1T14 - 1T15



Portfólio de Investimentos (R\$ mil)
Composição no 1T15



* Valores não auditados pelos auditores independentes

Comentário do Desempenho

Mercado Bursátil

COTAÇÃO DE FECHAMENTO (R\$/MIL AÇÕES)*

	1T15	1T14	Var. %	4T14	Var. %(1)
Ordinárias - ON (CBEE3)	1,04	1,07	-2,8%	1,09	-4,6%

(1) Variação entre 1T15 e 4T14;

INDICADORES DE MERCADO*

	1T15	1T14	Var. %	4T14	Var. %(1)
Informações sobre Ação Ordinária (CBEE3)					
Cotação (R\$/mil ações)	1,04	1,07	-2,8%	1,09	-4,6%
Média Diária de Negócios	1	2	-50,0%	2	-50,0%
Média Diária de Volume Financeiro (R\$)	619	2.286	-72,9%	1.741	-64,4%
Valor de Mercado (R\$ milhões)	4.079	4.197	-2,8%	4.276	-4,6%
Enterprise Value (EV(2)) (R\$ milhões)	5.935	5.527	7,4%	5.941	-0,1%
EV/EBITDA(3)	6,96	6,04	15,2%	6,14	13,4%
Preço da Ação / Lucro por Ação(3) (P/L)	62,06	8,38	> 100,0%	21,94	> 100,0%
Valor de Mercado/Patrimônio Líquido	1,56	1,60	-2,5%	1,65	-5,5%

(1) Variação entre 1T15 e 4T14;

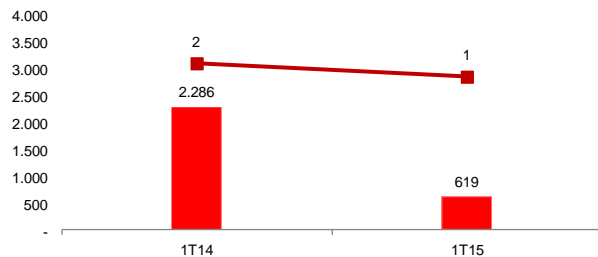
O *free float* do Capital Social da Ampla (ações em livre negociação na BM&FBovespa) é de 0,36%.

A Ampla possui, atualmente, apenas um papel negociado na BM&FBovespa: sua ação ordinária (CBEE3), que no 1T15 teve uma média de 1 negócio diário e um volume financeiro diário médio de R\$ 619.

A ação ordinária (CBEE3) apresentou desvalorização (sem ajuste por proventos) de 2,8% nos últimos 12 meses até março de 2015. O Ibovespa e o IEE apresentaram valorizações de 1,5% e de 10,7%, respectivamente. Ajustando-se as cotações pelos proventos deliberados, a valorização da ação ordinária (CBEE3) seria de 0,6%.

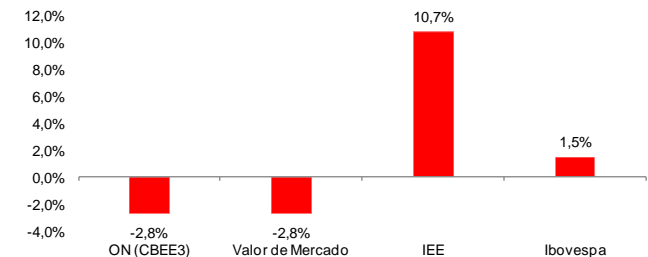
Média Diária de Negócios (Negócios) e Volume Médio Diário (R\$)*

Evolução 1T14 - 1T15



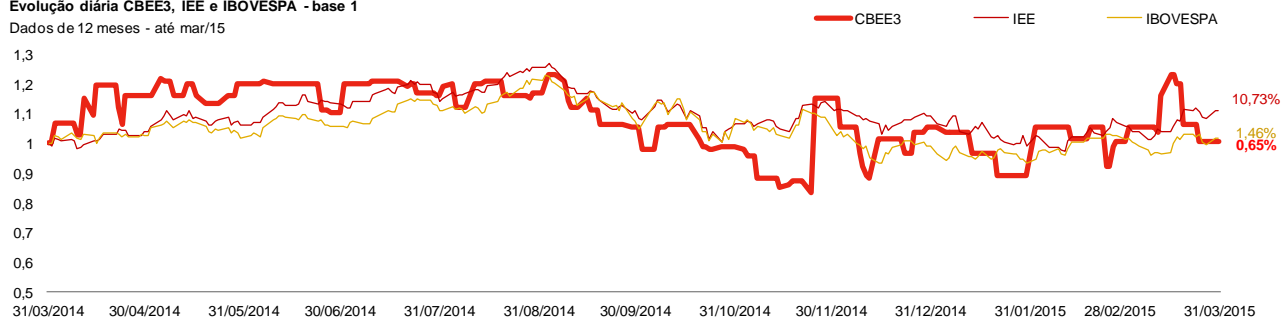
Indicadores de Mercado - Variação 12 meses (%)*

Dados até mar/15



Evolução diária CBEE3, IEE e IBOVESPA - base 1

Dados de 12 meses - até mar/15



* Valores não auditados pelos auditores independentes

Comentário do Desempenho

5 TEMAS RELEVANTES

Bandeiras Tarifárias

A partir de 2015, as contas de energia incorporaram os efeitos do Sistema de Bandeiras Tarifárias. As bandeiras verde, amarela e vermelha indicam se a energia custará mais ou menos, em função das condições de geração de eletricidade.

O sistema possui três bandeiras: verde, amarela e vermelha – as mesmas cores dos semáforos - e indicam o seguinte:

Bandeira verde: condições favoráveis de geração de energia. A tarifa não sofre nenhum acréscimo;

Bandeira amarela: condições de geração menos favoráveis. A tarifa sofre acréscimo de R\$ 1,50 para cada 100 quilowatt-hora (kWh) consumidos;

Bandeira vermelha: condições mais custosas de geração. A tarifa sobre acréscimo de R\$ 3,00 para cada 100 kWh consumidos.

A energia elétrica no Brasil é gerada predominantemente por usinas hidrelétricas. Para funcionar, essas usinas dependem das chuvas e do nível de água nos reservatórios. Quando há pouca água armazenada, usinas termelétricas podem ser ligadas com a finalidade de poupar água nos reservatórios das usinas hidrelétricas. Com isso, o custo de geração aumenta, pois essas usinas são movidas a combustíveis como gás natural, carvão, óleo combustível e diesel. Por outro lado, quando há muita água armazenada, as térmicas não precisam ser ligadas e o custo de geração é menor.

Com as bandeiras, haverá a sinalização mensal do custo de geração da energia elétrica que será cobrada do consumidor, com acréscimo das bandeiras amarela e vermelha. Essa sinalização dá, ao consumidor, a oportunidade de adaptar seu consumo, se assim desejar.

Bandeira vermelha: condições mais custosas de geração. A tarifa sobre acréscimo de R\$ 3,00 para cada 100 kWh consumidos.

Redução do Preço-Teto do PLD

Em 25 de novembro, a ANEEL aprovou novos limites do PLD de 2015 (diminuição de R\$/MWh 823 para 388 R\$/MWh como limite máximo e aumento 16 R\$/MWh para 30 R\$/MWh como preço mínimo). A decisão foi o resultado de um amplo debate, que teve início com a Consulta Pública n. 09/2014 e, posteriormente, a Audiência Pública n. 54/2014.

O principal efeito do novo limite é a redução do impacto financeiro para os distribuidores a possíveis riscos futuros de exposição contratual de energia ao mercado spot, no qual o preço spot estava em seu limite em grande parte do ano de 2014. Do ponto de vista das geradoras, o novo preço-teto também resulta em mitigação do risco de exposição econômica e financeira irrecuperável, quando a produção está inferior aos valores determinados por contrato. Por outro lado, se reduz a possibilidade de vender a energia livre com preços mais elevados (atualmente os geradores podem dividir sua energia livre entre os meses do ano, na chamada sazonalização, priorizando a geração nos meses onde se espera que os preços fiquem mais elevados).

Assinatura do Aditivo ao Contrato de Concessão

A Diretoria da ANEEL aprovou no dia 25 de novembro de 2013, durante Reunião Pública, o resultado da Audiência Pública Nº 61/2014, que discutiu o aprimoramento da proposta de aditivo aos Contratos de Concessão das Empresas de Distribuição de Energia.

A Agência discutiu o assunto devido ao fato de cada contrato de concessão de distribuição ter uma data própria de reajuste tarifário, que, em sua maioria, não está alinhada com a data de término do contrato de concessão.

Para sanar o problema, a ANEEL decidiu que as distribuidoras serão indenizadas em decorrência da extinção, por qualquer motivo, da concessão. "Além dos valores indenizados referentes aos ativos ainda não amortizados dos bens reversíveis, também serão considerados para fins de indenização, os saldos remanescentes (ativos ou passivos) de eventual insuficiência de recolhimento ou ressarcimento pela tarifa em decorrência da extinção, por qualquer motivo, da concessão, relativos a valores financeiros a serem apurados com base nos regulamentos preestabelecidos pela ANEEL, incluídos aqueles constituídos após a última alteração tarifária".

O termo aditivo ao contrato de concessão da Coelce, processo nº 48500.0005603/2014- 05, foi publicado no Diário Oficial da União no dia 22 de dezembro de 2014.

Reajustes Tarifário

De acordo com seu contrato de concessão, a Companhia teve o reajuste tarifário em 15 de março de 2015. O reajuste tarifário médio foi de 42,19%, conforme homologado na Resolução Homologatória nº 1.861, de 10 de março de 2015, a qual foi revisado em 07 de abril de 2015, devido a prorrogação do prazo para amortização do financiamento da conta ACR. Com essa nova homologação, de acordo com a Resolução Homologatória nº 1.869/2015, as novas tarifas têm um efeito médio para os consumidores cativos de 37,34%, e têm a seguinte composição: (i) reposicionamento tarifário de 37,46%; (ii) adição de componentes financeiros para o período 2014-2015 de 5,68%; e (iii) subtração de componentes financeiros do período 2014-2015, correspondentes a 5,95%.

Quanto ao reposicionamento tarifário econômico, o efeito foi de 37,46%, nos quais 37,00% se referem a incrementos na Parcela A, decorrentes do aumento dos encargos setoriais em 25,29% e dos custos de compra e transporte de energia em 11,70%. Os demais 0,47% se referem à correção da Parcela B.

Notas Explicativas

Ampla Energia e Serviços S.A.

1. Informações gerais

A Ampla Energia e Serviços S.A. ("Companhia"), sociedade por ações de capital aberto registrada na BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros com sede na Praça Leonil Ramos, 1, Niterói, Rio de Janeiro, controlada pela Enel Brasil S.A., é uma concessionária de serviço público de energia elétrica, destinada a explorar os sistemas de distribuição e comercialização de energia elétrica e participar de pesquisas vinculadas ao setor energético, sendo tais atividades regulamentadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL ("ANEEL"), vinculada ao Ministério de Minas e Energia - MME.

A Companhia tem como área de concessão 66 municípios, sendo 65 no Estado do Rio de Janeiro e 1 no Estado de Minas Gerais. A concessão do serviço público de distribuição de energia elétrica se deu por meio do Contrato de Concessão de Distribuição nº 005/1996, de 9 de dezembro de 1996, com vencimento para dezembro de 2026.

Como resultado da Audiência Pública nº 061/2014, em 10 de dezembro de 2014 foi aprovado o Termo Aditivo ao Contrato de Concessão da Companhia, estabelecendo que, em caso de extinção da concessão, além dos valores de indenização decorrentes de investimentos não amortizados ou depreciados no curso da concessão, também serão objeto de indenização ou devolução pelo Poder Concedente, os saldos remanescentes apurados de itens da Parcela A da tarifa e outros componentes financeiros que não tenham sido recuperados ou devolvidos através do(s) ciclo(s) tarifário(s) (vide nota 14).

2. Apresentação das informações trimestrais

As informações trimestrais foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), que estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo IASB - International Accounting Standards Board.

Na elaboração das informações trimestrais foram adotados princípios e práticas contábeis consistentes com os divulgados nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2014, publicadas na imprensa oficial em 24 de abril de 2015. Essas informações trimestrais devem ser analisadas em conjunto com aquelas demonstrações financeiras, para melhor compreensão das informações apresentadas.

A autorização para emissão destas informações trimestrais ocorreu em reunião da Diretoria realizada em 27 de abril de 2015.

3. Revisão e reajuste tarifário

De acordo com seu contrato de concessão, a Companhia teve o reajuste tarifário em 15 de março de 2015. O reajuste tarifário médio foi de 42,19%, conforme homologado na Resolução Homologatória nº 1.861, de 10 de março de 2015, a qual foi revisado em 07 de abril de 2015, devido a prorrogação do prazo para amortização do financiamento da conta ACR. Com essa nova homologação, de acordo com a Resolução Homologatória nº 1.869/2015, as novas tarifas têm um efeito médio para os consumidores cativos de 37,34%, e têm a seguinte composição: (i) reposicionamento tarifário de 37,46%; (ii) adição de componentes financeiros para o período 2014-2015 de 5,68%; e (iii) subtração de componentes financeiros do período 2014-2015, correspondentes a 5,95%.

Quanto ao reposicionamento tarifário econômico, o efeito foi de 37,46%, nos quais 37,00% se referem a incrementos na Parcela A, decorrentes do aumento dos encargos setoriais em 25,29% e dos custos de compra e transporte de energia em 11,70%. Os demais 0,47% se referem à correção da Parcela B.

Notas Explicativas

Ampla Energia e Serviços S.A.

4. Bandeiras tarifárias

A partir de janeiro de 2015 começou a funcionar em todo o Brasil o sistema de bandeiras tarifárias. O sistema implica na cobrança de um adicional de tarifa aplicado a todos os consumidores cativos toda vez que os custos reais de geração de energia do sistema atingem determinados patamares.

As bandeiras tarifárias buscam reduzir os eventuais descompasso entre os custos reais de compra de energia por parte das distribuidoras e suas respectivas coberturas tarifárias.

O sistema é composto de três bandeiras cujas condições de aplicação e funcionamentos são descritas na tabela a seguir:

Bandeiras tarifárias	Aplicada quando CMO ¹ (R\$/MWh)	Valor referente a janeiro e fevereiro (R\$/KWh)	Valor vigente desde março (R\$/KWh)
Verde	< 200,00	Sem acréscimo	Sem acréscimo
Amarela	Entre 200,00 e 388,48 ²	0,015	0,025
Vermelha	> 388,48	0,030	0,055

¹ Custo Marginal de Operação - maior custo de geração vigente.

² O limite é o teto do PLD vigente. No momento 388,48 R\$/MWh.

O Decreto nº 8.401, de 4 de fevereiro de 2015 determinou que os recursos provenientes da aplicação das bandeiras tarifárias pelos agentes de distribuição passam a ser revertidos à Conta Centralizadora dos Recursos de Bandeiras Tarifárias ("CCRBT") administrada pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica ("CCEE"). Os recursos disponíveis nessa conta serão repassados aos agentes de distribuição considerando a diferença entre os valores realizados incorridos por cada distribuidora e a cobertura tarifária vigente de cada agente.

A partir da regulamentação do Decreto, foi homologada a Resolução ANEEL nº 649/2015 em 27 de fevereiro de 2015, e a reversão de receitas da CCRBT e o subsequente repasse as distribuidoras passou a ser realizado pelo resultado líquido de cada distribuidora.

5. Alterações e atualizações na legislação regulatória

A Lei 12.783/13, dentre outras disposições, disciplinou o uso dos recursos da Conta de Desenvolvimento Energético ("CDE") que inclui a neutralização da exposição ao mercado de curto prazo (SPOT) e a cobertura do custo adicional dos despachos de usinas térmicas acionadas em razão de segurança energética. Também criou novas possibilidades de fontes de recursos a CDE, como operações bancárias de crédito.

A Conta do Ambiente de Contratação Regulada - ACR, criada em 2014 pelo decreto nº 8.221/14 e regulada pela Resolução da ANEEL nº 612/2014, é administrada pela CCEE e é destinada para cobrir os custos de compra de energia resultantes da exposição involuntária no mercado spot e o custo adicional dos despachos de usinas térmicas acionadas.

Para obtenção de recursos para esta conta, foi criado um grupo de bancos que seriam os credores da operação e, com isso, foram emitidos três empréstimos que serão pagos ao longo dos próximos anos pelo consumidor.

Em 27 de março de 2015 foi assinado o contrato referente ao terceiro empréstimo entre a CCEE e o grupo de bancos credores no valor de R\$ 3,4 bilhões, referente à liquidação de energia dos meses de novembro e dezembro de 2014, o que significou um aporte de R\$243.764 à Ampla, conforme despacho nº 773, de 27 de março de 2015, que reduziu a conta de "Valores a receber de Parcela A" registrada no ativo circulante da Companhia.

Notas Explicativas**Ampla Energia e Serviços S.A.****6. Caixa e equivalentes de caixa**

	<u>31/03/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Caixa e contas correntes bancárias	35.280	19.375
Aplicações financeiras	462	95.399
Total	<u>35.742</u>	<u>114.774</u>

O excedente de caixa da Companhia é aplicado de forma conservadora em ativos financeiros de baixo risco, sendo os principais instrumentos financeiros representados por CDBs (Certificados de Depósitos Bancários) e operações compromissadas. Os investimentos têm alta liquidez, sendo prontamente conversíveis em recursos disponíveis de acordo com as necessidades de caixa da Companhia em um valor conhecido e com risco insignificante de perda. As aplicações financeiras da Companhia buscam rentabilidade compatível às variações do CDI. Dada a natureza e característica das aplicações financeiras, as mesmas já estão reconhecidas pelo seu valor justo, em contrapartida ao resultado.

Em 31 de março de 2015 e 31 de dezembro de 2014, as aplicações financeiras classificadas como equivalentes de caixa são compostas da seguinte forma:

<u>Descrição</u>	<u>31/03/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Aplicações diretas		
CDB - Certificado de Depósito Bancário	-	3.971
Operações compromissadas	27	49.367
Total das aplicações diretas	<u>27</u>	<u>53.338</u>
Fundos de investimentos exclusivos		
CDB - Certificado de Depósito Bancário	94	15.363
Operações compromissadas	341	26.698
Total de fundos de investimentos exclusivos	<u>435</u>	<u>42.061</u>
	<u>462</u>	<u>95.399</u>

7. Títulos e valores mobiliários

Em 31 de março de 2015 e 31 de dezembro de 2014, as aplicações financeiras classificadas como títulos e valores mobiliários são compostas da seguinte forma:

	<u>31/03/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Fundos de investimentos não exclusivos	11.415	10.806
Títulos públicos (investimentos exclusivos)	152	7.346
Total	<u>11.567</u>	<u>18.152</u>

Através de fundos de investimentos exclusivos, a Companhia aplica seus excedentes de caixa em títulos públicos pós-fixados e pré-fixados, além de outros instrumentos tradicionais de renda fixa com baixo risco de crédito e alta liquidez.

Notas Explicativas**Ampla Energia e Serviços S.A.****8. Consumidores, concessionários e permissionários**

	Vencidos	Vencidos até 90 dias	Vencidos há mais de 90 dias	Total	
				31/03/2015	31/12/2014
Circulante					
Fornecimento	376.662	183.824	84.261	644.747	472.248
Receita não faturada	244.612	-	-	244.612	164.853
Consumidores de baixa renda (b)	20.897	-	-	20.897	10.586
Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE	-	-	4.136	4.136	4.136
Contas a receber com partes relacionadas (vide Nota 21)	57	-	-	57	63
Outros contas a receber	121	-	-	121	121
Subtotal	642.349	183.824	88.397	914.570	652.007
Provisão para créditos de liquidação duvidosa (a)			(98.755)	(98.755)	(88.777)
Total circulante	642.349	183.824	(10.358)	815.815	563.230
Não circulante					
Parcelamento de débitos	74.520	-	-	74.520	76.028
Provisão para créditos de liquidação duvidosa (a)	-	-	(55.973)	(55.973)	(54.347)
Total não circulante	74.520	-	(55.973)	18.547	21.681

a) A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa é a seguinte:

	31/12/2014	Adições	Baixas	31/03/2015
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	(143.124)	(28.134)	16.530	(154.728)
	(143.124)	(28.134)	16.530	(154.728)

A provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída com base nos critérios estabelecidos pela legislação regulatória aliada à análise dos riscos de perdas dos valores vencidos de clientes, questões judiciais e um percentual sobre dívidas parceladas. É considerada suficiente pela Companhia para cobrir eventuais perdas na realização dos valores a receber.

b) Consumidores de baixa renda

Com base nas Resoluções Normativas ANEEL nº 407/2010 e nº 414/2010, fica estabelecido que a Eletrobras repassará mensalmente às distribuidoras, utilizando recursos da CDE, o montante de subvenção para recompor os descontos tarifários concedidos aos consumidores de baixa renda enquadrados nos critérios das antigas Resoluções normativas ANEEL nº 246/2002 e nº 485/2004.

Em virtude dos critérios estabelecidos pelas resoluções mencionadas e calendário de recadastramento dos clientes que têm direito a receber o benefício, o saldo a receber em 31 de março de 2015 é de R\$ 20.898 (R\$ 10.586 em 31 de dezembro de 2014) relativo às subvenções dos meses de julho, agosto e setembro de 2014. A referida subvenção é calculada mensalmente pela Companhia e submetida à ANEEL para aprovação e homologação através de Despacho específico.

Notas Explicativas

Ampla Energia e Serviços S.A.

9. Subvenção CDE - desconto tarifário

Valor a ser repassado pela Eletrobras, para cobertura de descontos incidentes sobre as tarifas de energia de classes específicas de consumidores, conforme previsto no art. 13, inciso VII, da Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, redação dada pela Medida Provisória nº 605, de 23 de janeiro de 2013, e em cumprimento ao disposto no art. 3º do Decreto nº 7.891, de 23 de janeiro de 2013. Os recursos são oriundos da CDE, e são homologados pela ANEEL no processo de reajuste anual das distribuidoras.

Em 10 de março de 2015, foi emitida a Resolução Homologatória nº 1.861/2015 aprovando o valor mensal de R\$ 11.333 a ser repassado pela Eletrobras durante o período de março de 2015 a fevereiro de 2016, dos quais o montante de R\$ 184 corresponde ao ajuste referente à diferença entre os valores previstos e realizados em relação ao período de março de 2014 a fevereiro de 2015, e o valor de R\$ 11.150 corresponde à previsão para o período de março de 2015 a fevereiro de 2016.

Em 31 de março de 2015 a Companhia possui registrado o valor de R\$ 75.443 (R\$ 78.343 em 31 de dezembro de 2014) os quais são compostos por: (i) R\$ 11.150 relativo à previsão de março; (ii) R\$ 2.208 corresponde ao registro integral da parcela de ajuste relativa ao período março de 2014 a fevereiro de 2015; e (iii) R\$ 62.085 relativo às parcelas em aberto referente ao período tarifário anterior.

10. Tributos a compensar

	31/03/2015		31/12/2014	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Imposto de renda e contribuição social	18.907	-	10.718	-
ICMS	35.613	56.715	47.154	56.151
PIS e COFINS	5.535	31.119	4.294	27.551
Outros tributos	1.544	-	1.519	-
Total de tributos a compensar	61.599	87.834	63.685	83.702

Do total de crédito de ICMS, R\$ 78.218 em 31 de março de 2015 (R\$ 75.531 em 31 de dezembro de 2014) refere-se à Lei Complementar nº 102/00, que prevê o crédito do ICMS, sobre aquisição de bens para o ativo fixo e compensação em 48 meses.

Os valores classificados no ativo não circulante na linha de PIS e COFINS a compensar, referem-se ao PIS e a COFINS semestralidade, com trânsito em julgado, oriundo de inconstitucionalidade dos Decretos-Leis nos 2.445/88 e 2.449/88 e o direito à restituição da diferença entre os valores pagos com base nos aludidos decretos e aqueles devidos de acordo com a Lei Complementar nº 07/70.

Notas Explicativas**Ampla Energia e Serviços S.A.****11. Cauções e depósitos**

Instituição	Tipo de aplicação	31/03/2015		31/12/2014	
		Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Itaú Unibanco Top DI	Fundo de investimento	29.403	-	27.786	-
Bradesco	CDB	-	5.740	-	68
Total		29.403	5.740	27.786	68

O ativo circulante se refere a aplicações financeiras de titularidade da Companhia e de sua livre disposição, contabilizadas desta forma para explicitar o controle de valores retidos de fornecedores para formação de garantias contratuais em favor da Ampla. O não circulante se refere a aplicações financeiras realizadas pela Companhia para garantir sua participação em leilões de aquisição de energia elétrica, conforme cláusulas contratuais.

12. Outros créditos

	31/03/2015	31/12/2014
Gastos a reembolsar - consumidores	3.576	3.576
Sindicato	5.658	5.658
Gastos a reembolsar - iluminação pública	2.795	2.795
Convênio de arrecadação (a)	16.910	22.994
Adiantamentos a empregados	4.420	5.529
Assistência médica aposentados	5.566	6.492
Adiantamentos a fornecedores	10.449	453
Créditos a receber de terceiros	51.241	51.916
Encargo emergencial	2.738	2.742
Despesas pagas antecipadamente	13.256	9.081
Outros devedores	27.121	27.116
Total	143.730	138.352
Provisão para perda na realização de outros créditos (b)	(25.691)	(24.132)
Total	118.039	114.220

(a) Convênio de arrecadação: representa o direito da Companhia de receber valores arrecadados por entidades conveniadas.

(b) Provisão para perda na realização de outros créditos: representa substancialmente o risco de realização de créditos pelos serviços prestados a terceiros.

A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa é a seguinte:

	31/12/2014	Adições	Baixas	31/03/2015
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	(24.132)	(1.559)	-	(25.691)
	(24.132)	(1.559)	-	(25.691)

Notas Explicativas**Ampla Energia e Serviços S.A.****13. Depósitos vinculados a litígios**

	<u>31/03/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Trabalhistas	159.232	157.979
Cíveis	37.745	35.198
Fiscais	3.378	2.877
Total	<u>200.355</u>	<u>196.054</u>

14. Valores a receber de Parcela A e outros itens financeiros

Conforme informado na Nota 1, como resultado da Audiência Pública nº 061/2014, em 10 de dezembro de 2014 foi aprovado o termo aditivo ao contrato de concessão da Companhia, estabelecendo que, em caso de extinção da concessão, além dos valores de indenização decorrentes de investimentos não amortizados ou depreciados no curso da concessão, também serão objeto de indenização ou devolução pelo Poder Concedente, os saldos remanescentes apurados de itens da Parcela A da tarifa e outros componentes financeiros que não tenham sido recuperados ou devolvidos através do(s) ciclo(s) tarifário(s).

Dessa forma, o aditamento do contrato de concessão e permissão representou um elemento novo que elimina, a partir da adesão (assinatura) das distribuidoras aos referidos contratos, as eventuais incertezas quanto à probabilidade de realização do ativo ou exigibilidade do passivo desses itens originados das discussões tarifárias entre as distribuidoras e o órgão regulador, e que até então eram considerados ativos e passivos regulatórios os quais não possuíam garantias de recuperação ou liquidação.

Sendo assim, a partir da alteração e aditivo ao contrato de concessão, referidos ativos e passivos passaram a ser registrados nas demonstrações contábeis das distribuidoras de energia elétrica e classificados como instrumento financeiro.

Em 31 de dezembro de 2014, a Companhia efetuou o reconhecimento dos saldos de CVA e outros componentes financeiros de forma prospectiva, a partir da assinatura dos respectivos aditivos contratuais. Dessa forma, a Companhia apurou o saldo líquido dos ativos e passivos de CVA e outros componentes financeiros, tendo como consequência o registro de um ativo líquido em contrapartida ao resultado na rubrica de receita de vendas de bens e serviços, e, a partir de 1º de janeiro de 2015 a Companhia passou a reconhecer as atualizações monetárias sobre os referidos saldos no resultado na rubrica de receitas financeiras.

	<u>31/03/2015</u>		<u>31/12/2014</u>	
	<u>Circulante</u>	<u>Não circulante</u>	<u>Circulante</u>	<u>Não circulante</u>
Diferimentos tarifários (CVAs) (a)	190.059	95.321	73.400	19.179
Compra de energia	312.218	45.945	105.498	26.691
Encargo de serviço do sistema - ESS	(169.105)	15.453	(51.683)	(12.656)
Uso da rede básica	47.922	(11.849)	22.371	5.627
Outros	(976)	45.772	(2.786)	(483)
Outros valores a receber de Parcela A e outros itens financeiros	<u>129.946</u>	<u>(18.577)</u>	<u>262.453</u>	<u>60.757</u>
Sobrecontratação de energia (b)	67.517	(21.650)	251.012	57.229
Diferencial Eletronuclear (c)	7.908	940	9.406	2.392
Postergação da revisão tarifária	-	-	6.247	1.589
Outros ativos e (passivos) regulatórios	54.521	2.133	(4.212)	(453)
Total dos outros valores a receber de Parcela A e outros itens financeiros	<u>320.005</u>	<u>76.744</u>	<u>335.853</u>	<u>79.936</u>

Notas Explicativas

Ampla Energia e Serviços S.A.

a) Valores tarifários não gerenciáveis a compensar da Parcela A - CVA

A Portaria Interministerial dos Ministros de Estado da Fazenda e de Minas e Energia nº 25, de 24 de janeiro de 2002, estabeleceu a Conta de Compensação de Variação de Valores de Itens da "Parcela A" - CVA, com o propósito de registrar as variações de custos, negativas ou positivas, ocorridas no período entre reajustes tarifários anuais, relativos aos itens previstos nos contratos de concessão de distribuição de energia elétrica. Estas variações são apuradas por meio da diferença entre os gastos efetivamente incorridos e os gastos estimados no momento da constituição da tarifa nos reajustes tarifários anuais, e são atualizadas monetariamente pela taxa SELIC.

b) Repasse de sobrecontratação de energia (energia excedente ou exposição involuntária)

As distribuidoras de energia elétrica são obrigadas a garantir 100% do seu mercado de energia por meio de contratos aprovados, registrados e homologados pela ANEEL. O Decreto nº 7.945/2013 determina que no repasse dos custos de aquisição de energia elétrica às tarifas dos consumidores finais, a ANEEL deverá considerar até 105% do montante total de energia elétrica contratada em relação à carga anual de fornecimento do agente de distribuição, de acordo também com a Resolução ANEEL nº 255/2007.

Com relação à exposição involuntária ao mercado de curto prazo, não serão aplicáveis as penalidades decorrentes do não atendimento à totalidade do mercado de energia elétrica dos agentes de distribuição, garantindo desta forma o repasse integral as tarifas dos consumidores finais dos custos incorridos.

c) Diferencial Eletronuclear

Refere-se à diferença entre a tarifa praticada e a tarifa de referência entre Furnas e Eletronuclear, conforme determinado na Lei nº 12.111, de 9 de dezembro de 2009. A diferença apurada foi rateada entre as concessionárias que adquiriram o CCEAR 2005 - 1º Leilão e seu valor está sendo repassado mensalmente pelas distribuidoras à Eletronuclear entre 2013 e 2015, conforme homologado pela Resolução Homologatória ANEEL nº 1.406, de 21 de dezembro de 2012. Em 31 de março de 2015 a Companhia possui valores a receber correspondente ao reconhecimento dos montantes a pagar no ano de 2015 conforme determinado na Resolução Homologatória ANEEL nº 1.585, de 13 de agosto de 2013, os quais estão sendo repassados nas tarifas de energia da Companhia.

Notas Explicativas

Ampla Energia e Serviços S.A.

15. Ativo indenizável (concessão)

Refere-se à parcela dos investimentos realizados e não amortizados até o final da concessão classificada como um ativo financeiro por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente decorrente da aplicação das Interpretações Técnicas ICPC 01 – (R1) Contrato de Concessão e ICPC 17 – Contrato de Concessão: Evidenciação e da Orientação Técnica OCPC 05 – Contrato de Concessão.

A indenização será efetuada com base nas parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados ou depreciados, que tenham sido realizados com o objetivo de garantir a continuidade e atualidade do serviço concedido.

A movimentação dos saldos referentes ao ativo indenizável (concessão) está assim apresentada:

Saldo em 31 de dezembro de 2013	1.383.297
Transferências do ativo intangível	160.041
Marcação a mercado - ativo financeiro	(201.083)
Saldo em 31 de dezembro de 2014	<u>1.342.255</u>
Transferências do ativo intangível	<u>7.894</u>
Marcação a mercado - ativo financeiro	<u>23.391</u>
Saldo em 31 de março de 2015	<u><u>1.373.540</u></u>

A concessão de distribuição da Companhia não é onerosa. Desta forma, não há obrigações financeiras fixas e pagamentos a serem realizados ao poder concedente.

Valor novo de reposição – Lei nº 12.783/13

Em 11 de janeiro de 2013, foi promulgada a Lei nº 12.783 (“Lei nº 12.783/13”) que tornou definitiva a Medida Provisória nº 579 de 11 de setembro de 2012 (“MP nº 579/12”), que dispunha sobre a prorrogação e licitação das concessões de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, sobre a redução dos encargos setoriais, sobre a modicidade tarifária, e dá outras providências.

De acordo com este normativo legal, o cálculo do valor dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados ou não depreciados, para fins de indenização, deve utilizar como base a metodologia de Valor Novo de Reposição (“VNR”), conforme critérios estabelecidos em regulamento do poder concedente.

Notas Explicativas

Ampla Energia e Serviços S.A.

16. Intangível

A movimentação dos saldos do intangível está demonstrada a seguir:

	Em serviço			Em curso			Total	
	Custo	Amortização acumulada	Obrigações especiais	Valor líquido	Custo	Obrigações especiais		Valor líquido
Saldo em 31 de dezembro de 2013	4.209.038	(1.795.575)	(241.871)	2.171.592	489.059	(44.210)	444.849	2.616.441
Adições	-	-	-	-	548.637	(40.476)	508.161	508.161
Baixas	(100.620)	62.727	-	(37.893)	-	-	-	(37.893)
Amortização	-	(220.132)	12.732	(207.400)	-	-	-	(207.400)
Transferências	538.216	-	(401)	537.815	(538.216)	401	(537.815)	-
Transferências para o ativo indenizável	(160.041)	-	-	(160.041)	-	-	-	(160.041)
Reclassificação do imobilizado	368	-	-	368	-	-	-	368
Saldo em 31 de dezembro de 2014	4.486.961	(1.952.980)	(229.540)	2.304.441	499.480	(84.285)	415.195	2.719.636
Adições	-	-	-	-	110.382	(5.337)	105.045	105.045
Baixas	(1.953)	-	-	(1.953)	-	-	-	(1.953)
Amortização	-	(59.214)	3.125	(56.089)	-	-	-	(56.089)
Transferências	18.565	-	(531)	18.034	(18.565)	531	(18.034)	-
Transferências para o ativo indenizável	(7.894)	-	-	(7.894)	-	-	-	(7.894)
Reclassificação do imobilizado	(4.403)	2.152	-	(2.251)	219	-	219	(2.032)
Saldo em 31 de março de 2015	4.491.276	(2.010.042)	(226.946)	2.254.288	591.516	(89.091)	502.425	2.756.713

O ativo intangível em curso refere-se, substancialmente, a obras de expansão e preservação do sistema de distribuição de energia elétrica que é reconhecido na medida em que a Companhia tem o direito de cobrar pelos serviços prestados aos consumidores dos serviços públicos.

A Administração da Companhia entende que a amortização do ativo intangível deve respeitar a vida útil estimada de cada bem integrante da infraestrutura de distribuição, de acordo com definições da ANEEL para fins tarifários e de determinação da indenização dos bens reversíveis. Como resultado da utilização desse critério de amortização, o total do ativo intangível será amortizado de forma linear e limitado ao prazo remanescente do contrato de concessão da Companhia. Esse intangível é avaliado pelo custo de aquisição, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável, quando aplicável.

O valor residual de cada bem que ultrapassa o prazo de vencimento da concessão está alocado como Ativo Financeiro nos moldes da Lei nº 12.783.

Notas Explicativas

Ampla Energia e Serviços S.A.

Obrigações especiais vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica

Representam os valores da União, dos Estados, dos Municípios e dos consumidores, bem como as doações não condicionadas a qualquer retorno em favor do doador e as subvenções destinadas a investimentos no serviço público de energia elétrica na atividade de distribuição.

Em conformidade com o ofício nº 1.314/2007-SFF/ANEEL, de 27 de junho de 2007, que determina o registro da amortização mensal na obrigação especial, que decorre da participação nos investimentos não condicionadas a qualquer retorno para a concessão, tal registro é iniciado somente a partir da segunda revisão tarifária da Companhia, e a amortização teve seus primeiros registros em abril de 2009, baseados em uma taxa média.

Ao final da concessão, o valor residual das obrigações vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica será deduzido do ativo financeiro (indenização).

17. Fornecedores

	<u>31/03/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Suprimento de energia elétrica		
Compra de energia	551.951	471.916
Encargo de uso da rede	14.829	15.320
Diferencial Eletronuclear	10.058	12.781
Partes relacionadas (vide Nota 21)	1.575	2.674
Materiais e serviços	<u>45.650</u>	<u>158.274</u>
Total	<u><u>624.063</u></u>	<u><u>660.965</u></u>
Circulante	622.840	659.982
Não circulante	1.223	983

18. Obrigações fiscais

	<u>31/03/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços - ICMS	18.167	-
Contribuição para financiamento da seguridade social - COFINS	58.787	14.887
Programa de integração social - PIS	12.723	3.192
Imposto sobre serviços - ISS	2.694	1.913
INSS s/ terceiros	3.962	3.582
Parcelamento especial	319	464
Outros	2.847	5.227
Total	<u><u>99.499</u></u>	<u><u>29.265</u></u>

Com o advento da Lei 12973, de 13 de maio de 2014, foi extinto o Regime de Tributação Transitório que, contudo, não provocou efeitos na base de cálculo de IRPJ e CSLL da Companhia. Não obstante, foram introduzidas alterações na apuração do PIS e da COFINS pela inclusão da variação dos itens financeiros setoriais – CVA.

Notas Explicativas

Ampla Energia e Serviços S.A.

19. Empréstimos e financiamentos

As principais informações a respeito dos empréstimos e financiamentos em moeda nacional são:

	31/03/2015			31/12/2014		
	Principal		Não circulante	Principal		Não circulante
	Encargos	Circulante		Encargos	Circulante	
BNDES (Capex 2011) (a)	220	10.139	53.230	245	10.139	55.765
BNDES (Capex 2011) (a)	213	19.305	43.436	230	19.305	48.263
BNDES (Capex 2011) (a)	237	19.305	43.436	258	19.305	48.263
BNDES (Capex 2012-2013) (b)	83	8.297	59.465	92	8.297	61.539
BNDES (Capex 2012-2013) (b)	409	23.412	99.503	431	23.412	105.356
BNDES (Capex 2012-2013) (b)	456	23.412	99.503	484	23.412	105.356
Eletrobras (c)	8	2.941	10.189	2	2.941	10.923
Eletrobras (d)	2	2.655	6.605	2	2.655	7.268
Banco do Brasil S.A (e)	4.522	-	100.000	1.384	-	100.000
Banco do Brasil S.A (e)	1.260	-	30.000	320	-	30.000
Enel Brasil I (f)	-	26.132	-	-	-	-
Enel Brasil II (f)	-	44.606	-	-	-	-
Enel Brasil III (f)	-	28.626	-	-	-	-
Total de empréstimos e financiamentos	7.410	208.830	545.367	3.448	109.466	572.733

	Início	Vencimento	Tipo de amortização	Garantias	Encargos financeiros
BNDES (Capex 2011) (a)	15/08/2011	15/06/2021	Mensal	Recebíveis	8,7%
BNDES (Capex 2011) (a)	15/08/2011	15/06/2018	Mensal	Recebíveis	TJLP + 2,96%
BNDES (Capex 2011) (a)	15/08/2011	15/06/2018	Mensal	Recebíveis	TJLP + 3,96%
BNDES (Capex 2012-2013) (b)	16/08/2013	15/05/2023	Mensal	Recebíveis	3,0%
BNDES (Capex 2012-2013) (b)	16/08/2013	15/06/2020	Mensal	Recebíveis	TJLP + 2,80%
BNDES (Capex 2012-2013) (b)	16/08/2013	15/06/2020	Mensal	Recebíveis	TJLP + 3,80%
Eletrobras (c)	23/11/2006	30/06/2021	Mensal	Recebíveis e nota promissória	6,0%
Eletrobras (d)	20/09/2011	30/09/2018	Mensal	Recebíveis e nota promissória	7,0%
Banco do Brasil S.A (e)	19/11/2013	14/11/2019	Anual	-	107% CDI
Banco do Brasil S.A (e)	29/11/2013	25/11/2019	Anual	-	107% CDI
Enel Brasil I (f)	27/02/2015	30/04/2015	Anual	-	CDI + 1,70%
Enel Brasil II (f)	10/03/2015	30/04/2015	Anual	-	CDI + 1,70%
Enel Brasil III (f)	16/03/2015	30/04/2015	Anual	-	CDI + 1,70%

- a) BNDES Capex 2011: Financiamento, no montante total de R\$ 331.397, para o plano de investimento 2010/2011 da Companhia, contrato junto ao sindicato liderado pelo Itaú, com repasse de recursos do BNDES. A Companhia sacou 79% do valor contratado.
- b) BNDES Capex 2012/2013: Financiamento, no montante de R\$ 450.171, para o plano de investimento 2012/2013 da Companhia, contrato junto ao sindicato liderado pelo Itaú, com repasse de recursos do BNDES. Até 31 de março de 2015 a Companhia havia sacado 79% do valor contratado.
- c) Eletrobras: Empréstimo contratado para cobertura financeira dos custos diretos das obras do programa de eletrificação rural, que integra o programa de universalização do acesso e uso de energia elétrica – Luz para todos, do Ministério das Minas e Energia, com recursos originários da RGR e CDE.

Notas Explicativas**Ampla Energia e Serviços S.A.**

- d) Eletrobras: Empréstimo contratado para cobertura financeira dos custos das obras de reconstrução da rede de distribuição e subtransmissão da Região Serrana do Rio de Janeiro, que foram afetadas devido às chuvas no 1º trimestre de 2011. Esta operação tem recursos originários da RGR.
- e) Cédula de Crédito Bancário Banco do Brasil: Empréstimo com vencimento em novembro de 2019, na modalidade de Crédito Agrário destinados ao apoio financeiro da companhia na utilização de amortização de dívidas anteriores.
- f) Enel Brasil - Mútuos contratados nos meses de fevereiro e março de 2015 devido à necessidade de capital de giro da Companhia. Vide Nota 21.

Nos financiamentos junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES e nas operações de capital de giro, a Companhia comprometeu-se a cumprir as seguintes obrigações durante a vigência dos contratos, as quais foram adequadamente atendidas em 31 de março de 2015:

Contratos	Obrigações especiais financeiras	Limite
BNDES	Dívida Financeira Líquida / EBITDA (máximo)	3,50
BNDES	Dívida Financeira Líquida / (PL + Dívida Financeira Líquida) (máximo)	0,60
Capital de Giro	Dívida Financeira Líquida / EBITDA (máximo)	3,50
Capital de Giro	EBITDA / Despesas Financeiras Líquidas (mínimo)	2,00

A curva de amortização dos empréstimos e financiamentos do passivo não circulante se apresenta da seguinte forma:

	<u>31/03/2015</u>
2016	81.966
2017	152.278
2018	131.593
2019	110.180
Após 2019	69.350
Total não circulante	<u>545.367</u>

Notas Explicativas

Ampla Energia e Serviços S.A.

20. Debêntures

	31/03/2015			31/12/2014		
	Principal		Não	Principal		Não
	Encargos	Circulante	circulante	Encargos	Circulante	circulante
1ª série - 6ª emissão	4.272	58.500	58.500	508	58.500	58.500
2ª série - 6ª emissão	14.466		231.361	9.638	-	223.375
1ª série - 7ª emissão	3.598		100.000	428	-	100.000
2ª série - 7ª emissão	17.186		361.259	11.476	-	348.788
1ª série - 8ª emissão	4.437		150.000	8.392	-	150.000
2ª série - 8ª emissão	4.437		150.000	8.392	-	150.000
(-) Custo a amortizar	-	(1.206)	(3.601)	-	(1.206)	(3.903)
Total sem efeito de swap	48.396	57.294	1.047.519	38.834	57.294	1.026.760
Resultado das operações de swap	-	(1.996)	(9.518)	-	(259)	(10.381)
Total de debêntures	48.396	55.298	1.038.001	38.834	57.035	1.016.379

Características das emissões:

Características	6ª emissão		6ª emissão	
	1ª Série		2ª Série	
Conversibilidade	Debêntures simples, não conversíveis em ações		Debêntures simples, não conversíveis em ações	
Espécie	Quirografária		Quirografária	
Tipo e forma	Nominativas e escriturais, sem emissão de cautelas ou certificados		Nominativas e escriturais, sem emissão de cautelas ou certificados	
Quantidade de títulos	11.700 debêntures simples		18.300 debêntures simples	
Valor nominal	R\$ 10.000,00		R\$ 10.000,00	
Data de emissão	15 de junho de 2011		15 de junho de 2011	
Vencimento inicial	15 de junho de 2015		15 de junho de 2016	
Vencimento final	15 de junho de 2016		15 de junho de 2018	
Atualização monetária	Sem atualização		IPCA	
Repactuação	Não haverá		Não haverá	
Remuneração	CDI+1,2% a.a.		IPCA+7,90% a.a.	
Exigibilidade de juros	Semestral		Anual	
Amortizações	Em duas parcelas anuais		Em três parcelas anuais	
Data das amortizações	2015 e 2016		2016, 2017 e 2018	
Características	7ª emissão		7ª emissão	
	1ª Série		2ª Série	
Conversibilidade	Debêntures simples, não conversíveis em ações		Debêntures simples, não conversíveis em ações	
Espécie	Quirografária		Quirografária	
Tipo e forma	Nominativas e escriturais, sem emissão de cautelas ou certificados		Nominativas e escriturais, sem emissão de cautelas ou certificados	
Quantidade de títulos	10.000 debêntures simples		30.000 debêntures simples	
Valor nominal	R\$ 10.000,00		R\$ 10.000,00	
Data de emissão	15 de junho de 2012		15 de junho de 2012	
Vencimento inicial	15 de junho de 2016		15 de junho de 2017	
Vencimento final	15 de junho de 2017		15 de junho de 2019	
Atualização monetária	Sem atualização		IPCA	
Repactuação	Não haverá		Não haverá	
Remuneração	CDI+1,02% a.a.		IPCA+6,00% a.a.	
Exigibilidade de juros	Semestral		Anual	
Amortizações	Em duas parcelas anuais		Em três parcelas anuais	
Data das amortizações	2016 e 2017		2017, 2018 e 2019	
Características	8ª emissão		8ª emissão	
	1ª Série		2ª Série	
Conversibilidade	Debêntures simples, não conversíveis em ações		Debêntures simples, não conversíveis em ações	
Espécie	Quirografária		Quirografária	
Tipo e forma	Nominativas e escriturais, sem emissão de cautelas ou certificados		Nominativas e escriturais, sem emissão de cautelas ou certificados	
Quantidade de títulos	15.000 debêntures simples		15.000 debêntures simples	
Valor nominal	R\$ 10.000,00		R\$ 10.000,00	
Data de emissão	16 de julho de 2014		16 de julho de 2014	
Vencimento inicial	15 de julho de 2017		15 de julho de 2017	
Vencimento final	15 de julho de 2019		15 de julho de 2019	
Atualização monetária	Sem atualização		Sem atualização	
Repactuação	Não haverá		Não haverá	
Remuneração	CDI+1,45% a.a.		CDI+1,45% a.a.	
Exigibilidade de juros	Semestral		Semestral	
Amortizações	Em três parcelas anuais		Em três parcelas anuais	
Data das amortizações	2017, 2018 e 2019		2017, 2018 e 2019	

Notas Explicativas**Ampla Energia e Serviços S.A.**

A Companhia está sujeita à manutenção de determinados índices financeiros, calculados trimestralmente, conforme definido na escritura de emissão das debêntures e seus respectivos aditamentos.

Em 31 de março de 2015, os indicadores financeiros foram atendidos adequadamente pela Companhia conforme definido nas escrituras de emissão das debêntures.

Emissão	Obrigações especiais financeiras	Limite
6ª Emissão	Dívida Financeira Líquida / EBITDA (máximo)	2,70
6ª Emissão	EBITDA / Despesas Financeiras Líquidas (mínimo)	2,50
7ª Emissão	Dívida Financeira Líquida / EBITDA (máximo)	2,70
7ª Emissão	EBITDA / Despesas Financeiras Líquidas (mínimo)	2,50
8ª Emissão	Dívida Financeira Líquida / EBITDA (máximo)	3,50
8ª Emissão	Dívida Financeira Líquida / (Dívida Financeira Líquida + Patrimônio Líquido) (máximo)	0,60
		31/03/2015
		(não revisado)
Lucro líquido		65.738
Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro		40.756
Resultado financeiro		512.629
Provisão para créditos de liquidação duvidosa		65.848
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas		71.426
Depreciação e amortização		218.896
EBITDA (12 meses)		975.293
Empréstimos e financiamentos		761.607
Debêntures		1.141.695
(-) Caixa e equivalentes de caixa		35.742
(-) Títulos e valores mobiliários		11.567
Dívida financeira líquida		1.855.993
Encargos de dívida		154.129
Variações monetárias		33.694
(-) Renda de aplicações financeiras		26.509
Despesa financeira líquida (12 meses)		161.314
Patrimônio líquido		2.609.322
Dívida financeira líquida/EBTIDA		1,90
EBTIDA/despesa financeira líquida		6,05
Dívida financeira líquida/(dívida financeira líquida + PL)		0,42

Notas Explicativas

Ampla Energia e Serviços S.A.

Curva de amortização das debêntures registradas no passivo não circulante sem os efeitos do swap:

	2016	2017	2018	Após 2018	Total
1ª série - 6ª emissão	58.500	-	-	-	58.500
2ª série - 6ª emissão	77.120	77.120	77.121	-	231.361
1ª série - 7ª emissão	50.000	50.000	-	-	100.000
2ª série - 7ª emissão	-	120.419	120.420	120.420	361.259
1ª série - 8ª emissão	-	50.000	50.000	50.000	150.000
2ª série - 8ª emissão	-	50.000	50.000	50.000	150.000
(-) Custo de transação	(836)	(972)	(798)	(995)	(3.601)
Total a amortizar	184.784	346.567	296.743	219.425	1.047.519

21. Partes relacionadas

A Companhia mantém operações com partes relacionadas que pertencem ao mesmo grupo econômico, cujos montantes, natureza das transações e efeitos nas informações trimestrais estão demonstrados a seguir:

Natureza da operação	31/03/2015				31/12/2014			31/03/2014
	Ativo circulante (*)	Passivo circulante (*)	Passivo não circulante (*)	Receita (despesa)	Ativo circulante (*)	Passivo circulante (*)	Passivo não circulante (*)	Receita (despesa)
Fundação Brasiletros (a)	-	-	440.642	(11.189)	-	-	445.033	(11.938)
CIEN - Companhia de Interconexão Energia (b)	-	428	-	(929)	-	476	-	(804)
CDSA - Centrais Elétricas Cachoeira Dourada S/A (c)	-	890	-	(2.232)	-	885	-	(2.154)
EN-Comercio e Serviço S.A (PRATIL) (d)	57	-	-	177	63	115	-	146
Enel Energy (e)	-	257	-	(962)	-	1.198	-	(1.077)
Enel Brasil (f)	-	99.364	-	(840)	-	-	-	-
Total de transações com partes relacionadas	57	100.939	440.642	(15.975)	63	2.674	445.033	(15.827)
(-) Plano de previdência privada - Fundação Brasiletros	-	-	(440.642)	-	-	-	(445.033)	-
Total	57	100.939	-	(15.975)	63	2.674	-	(15.827)

* Esses valores são classificados como contas a receber, fornecedores e obrigações com benefícios pós-emprego, respectivamente (vide Notas 8, 17, 19 e 22).

As principais condições relacionadas às transações entre as partes relacionadas estão descritas a seguir:

a) Fundação Ampla de Seguridade Social - BRASILETROS

A Companhia, como mantenedora da Fundação Ampla de Seguridade Social - BRASILETROS, realiza repasses mensais destinados à manutenção financeira dessa entidade e aportes para reserva atuarial dos planos previdenciários dos funcionários da Companhia, classificados como PCA (Plano de Complementação de Aposentadoria) e PACV (Plano de Aposentadoria de Contribuição Variável).

Como caução da operação, a Companhia oferece os direitos creditórios que possui ou venha a possuir, representado pela arrecadação das contas de energia elétrica efetivamente realizada, até o montante do débito vencido, sendo certo que a arrecadação das importâncias provenientes dos pagamentos dos direitos creditórios será efetuada através da rede bancária autorizada, transferindo os recursos correspondentes para a conta corrente bancária indicada pela BRASILETROS.

b) CIEN - Companhia de Interconexão Energética - Os saldos incorridos estão relacionados com as despesas com a Rede Básica no período.

Notas Explicativas

Ampla Energia e Serviços S.A.

- c) CDSA - Centrais Elétricas Cachoeira Dourada S.A. - Os saldos se referem exclusivamente às operações referentes à compra de energia por parte da Companhia.
- d) EN-Brasil Comércio e Serviços S.A. ("Prátil") - Contrato com a Prátil para a cobrança na fatura de energia elétrica de valores referentes aos serviços e/ou produtos ofertados por esta aos clientes da Companhia.
- e) Enel Energy - A Companhia mantém contrato com a Enel Energy referente a serviços de licenciamento, implementação e manutenção de software.
- f) Enel Brasil: Mútuos contratados nos meses de fevereiro e março de 2015 devido à necessidade de capital de giro da Companhia.

Remuneração da Administração

A remuneração total do conselho de administração e dos administradores da Companhia no trimestre findo em 31 de março de 2015 foi de R\$ 2.032 (R\$ 1.783 em 31 de março de 2014). A Companhia mantém ainda benefícios usuais de mercado para rescisões de contratos de trabalho.

22. Programas de P&D e de eficiência energética

	31/03/2015		31/12/2014	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Programa de eficiência energética - PEE	469	43.442	14.239	37.880
Programa de pesquisa e desenvolvimento - P&D	12.068	17.867	12.122	15.676
Fundo nacional de desenvolvimento científico e tecnológico - FNDCT	(622)	-	(23)	-
Ministério de Minas e Energia - MME	67	-	367	-
Total	11.982	61.309	26.705	53.556

Conforme Lei nº 9.991, de 24 de julho de 2000, as concessionárias e permissionárias de serviços públicos de distribuição de energia elétrica estão obrigadas a destinar, anualmente, um por cento (1%) de sua receita operacional líquida para os Programas de Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico e de Eficiência Energética, distribuído de acordo com os percentuais determinados pela ANEEL.

A Companhia contabiliza as despesas referentes aos Programas de Eficiência Energética e Pesquisa e Desenvolvimento conforme seu período de competência, permanecendo os valores registrados e corrigidos pela SELIC até a efetiva realização.

O saldo negativo de FNDCT refere-se a valores pagos a maior e que serão compensados posteriormente.

Notas Explicativas

Ampla Energia e Serviços S.A.

23. Obrigações com benefícios pós-emprego

A Companhia é patrocinadora de fundo de pensão, administrado pela Fundação Ampla de Seguridade Social - BRASILETROS, entidade fechada de previdência privada complementar, pessoa jurídica de direito privado sem fins lucrativos. A Fundação administra dois planos de benefícios, sendo um na modalidade de benefício definido (Plano de Complementação de Aposentadoria - PCA), que tem por finalidade principal complementar os benefícios a que têm direito auferir, como segurados de previdência social, os empregados da Ampla, e um na modalidade de contribuição variável (Plano de Aposentadoria de Contribuição Variável - PACV), que tem por objetivo conceder um benefício em função da reserva acumulada em nome do participante.

Os planos administrados pela Companhia têm as seguintes principais características:

a) Plano de complementação de aposentadoria - PCA (Benefício Definido)

Patrocinadora

Contribui com 5,56% da folha de salários, dos quais 1,59% são destinados à cobertura dos benefícios e 3,97% utilizados para cobertura das despesas administrativas.

Participantes ativos

A contribuição corresponde a percentuais cumulativos em função da faixa salarial, com tabela e em razão do teto da previdência, variando de 1,75% a 10% do salário.

Participantes assistidos

Essa contribuição é definida anualmente com base no resultado do plano de custeio, que corresponde atualmente aos mesmos percentuais cumulativos vigentes para os participantes ativos.

A Companhia reconheceu inicialmente, em 31 de dezembro de 2001, o déficit atuarial, no montante de R\$ 118.221, apresentado no plano de complementação de aposentadoria (PCA), em conformidade com a Deliberação CVM nº 371, de 13 de dezembro de 2000. O referido déficit foi suportado por contrato celebrado em 01 de janeiro de 2002, com a BRASILETROS, através do qual ficou estabelecido que o déficit apurado seria amortizado em um prazo de 20 anos, com carência de 2 anos e meio, com a incidência de juros de 6% ao ano, acrescido da variação ocorrida no índice nacional de preços ao consumidor - INPC.

b) Plano de aposentadoria de contribuição variável - PACV (Contribuição Definida)

Patrocinadora

Contribui com 4,16% da folha de salários dos participantes ativos, dos quais 0,19% são destinados à cobertura dos benefícios e 3,97% utilizados para cobertura das despesas administrativas.

Participantes ativos

Os participantes ativos do PACV deverão efetuar a contribuição descrita no Regulamento do Plano, sendo que o percentual médio apurado a partir da população ativa no PACV na data-base da avaliação equivale a 5,08% da folha de salários dos participantes ativos do PACV.

Notas Explicativas

Ampla Energia e Serviços S.A.

c) Plano de Assistência Médica dos Aposentados (PAMA)

A Companhia tem por obrigação conceder benefícios de assistência médica somente a ex-funcionários que foram desligados da empresa até 31 de dezembro de 1997 e que comprovaram a condição de afastamento pelo sistema público de pensão. Esses benefícios são de caráter opcional e são custeados pela empresa e pelo usuário em regime pré-pago.

O plano é administrado pela Unimed Leste Fluminense e é regido por contrato que prevê cláusula de reajuste periódico das contribuições ao plano em função da sinistralidade do grupo. O custeio é determinado per capita com base em tabela, segregada em 10 faixas etárias, de acordo com o critério permitido pela ANS.

O plano pode ser segregado em 3 grupos distintos e que compartilham a mesma apólice:

- Ativos - o plano é extensivo aos empregados e seus dependentes. O custeio cobrado de funcionário é determinado pela empresa em função de tabela contendo 3 faixas etárias, cobrado por grupo familiar ou agregados. Pelo fato de serem contributivos por empregado, geram benefício de permanência vitalícia após 10 anos de vínculo, conforme Lei 9.656.
- Aposentados Lei 9.656 - grupo que exerceu o direito de permanência no plano, desde que mantido às próprias expensas, conforme Lei 9.656. O custo é cobrado diretamente pela Unimed, administradora do plano, sendo as contribuições per capita estruturadas por faixa etária.
- Aposentados PDI - grupo de aposentados e seus dependentes que gozam do benefício de permanência no plano, sendo seu custeio determinado de acordo com as mesmas regras aplicadas aos empregados, ou seja, tabela de contribuições contendo 3 faixas etárias, cobrados por grupo familiar ou agregado no plano.

d) Benefício de pagamento da multa do FGTS na aposentadoria

A Companhia mantém um Programa de Incentivo à Aposentadoria assegurando o pagamento de importância equivalente a, no mínimo, 40% do saldo do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, acrescida do valor equivalente ao Aviso Prévio do empregado, observado todo o contrato de trabalho, àqueles que solicitarem demissão por comprovado motivo de aposentadoria.

Terão direito o benefício apenas os empregados que tenham adquirido o mínimo de 70% do tempo de serviço na Companhia.

A Companhia optou por efetuar o reconhecimento dos ganhos e perdas atuariais imediatamente no período em que ocorrerem "Outros resultados abrangentes".

Os planos de benefícios de aposentadoria e pensão são avaliados atuarialmente, objetivando mensurar os compromissos da patrocinadora com os planos de benefícios oferecidos a seus empregados e ex-empregados. O saldo registrado em 31 de março de 2015, no montante de R\$ 440.642 (R\$ 445.033 em 2014), corresponde à totalidade das obrigações da patrocinadora junto ao plano de benefícios. De acordo com a Interpretação Técnica ICPC 20 – Limite de Ativo de Benefício Definido, Requisitos de Custeio (Funding) Mínimo e sua Interação, no montante total do passivo, estão inclusos os contratos de dívida atuariais que a Companhia assinou junto a Brasiletros, tendo em vista equacionar os déficits de ambos os planos PCA e PACV, já que a patrocinadora assume as responsabilidades desses planos de acordo com a legislação vigente.

Notas Explicativas**Ampla Energia e Serviços S.A.****Despesa reconhecida nas demonstrações do resultado**

	31/03/2015	31/03/2014
Custo do serviço corrente	459	308
Custo dos juros líquidos	10.730	11.630
Total de despesas / (receitas)	11.189	11.938

Premissas biométricas adotadas

As principais premissas adotadas pelo atuário independente para a realização do cálculo foram:

Principais premissas atuariais	PCA	PACV	PAMA	FGTS
Taxa de desconto	12,52%	12,52%	12,52%	12,52%
Taxa do crescimento salarial	9,18%	9,18%	N/A	9,18%
Taxa de inflação esperada	6,00%	6,00%	6,00%	6,00%
Reajuste de benefícios concedidos de prestação continuada	6,00%	6,00%	N/A	N/A
Tábua de mortalidade geral	AT-2000	AT-2000	AT-2000	AT-2000
Tábua de entrada em invalidez	Light-Média	Light-Média	Light-Média	N/A
Tábua de mortalidade de inválidos	AT-49 + 6anos	AT-49 + 6anos	AT-49 + 6anos	N/A

Para avaliação atuarial do trimestre findo em 31 de março de 2015, foi adotada premissa de crescimento dos custos médicos (inflação médica) de 9,18% a.a. (3% a.a. em termos reais).

24. Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Administração entende que todas as provisões constituídas são suficientes para cobrir eventuais perdas com os processos em andamento. Com base na opinião de seus consultores legais, foram provisionados todos os processos judiciais e administrativos cuja probabilidade de perda foi estimada como provável.

As provisões registradas refletem as perdas consideradas prováveis com tais demandas, e apresentam os seguintes saldos e movimentações:

	31/12/2014	31/03/2015				Saldo acumulado
	Saldo acumulado	Adições	Reversões	Atualizações	Pagamentos	
Trabalhistas (a)	151.201	5.876	(1.414)	2.219	(2.109)	155.773
Cíveis (b)	240.918	25.045	(7.146)	28.058	(17.235)	269.640
Fiscais (c)	27.381	-	-	1.362	-	28.743
Regulatório (d)	39.535	16	-	619	(4.172)	35.998
Total das provisões	459.035	30.937	(8.560)	32.258	(23.516)	490.154

Em 31 de março de 2015, as provisões efetuadas pela Companhia são principalmente para a cobertura de eventuais perdas referentes a ações indenizatórias cíveis envolvendo objetos de naturezas diversas; causas trabalhistas envolvendo ações movidas por ex-empregados (ou de suas contratadas) referentes a diferenças salariais, horas extras e outros; e fiscais, que estão diretamente relacionadas com execução e auto de infração do Estado do Rio de Janeiro.

Notas Explicativas

Ampla Energia e Serviços S.A.

a) Riscos trabalhistas

Englobam reclamações trabalhistas de ex-funcionários próprios e empregados de empresas terceirizadas que pleiteiam vínculo empregatício com a Companhia e posterior equiparação em direitos aos empregados desta ou eventuais verbas inadimplidas por suas empresas, além de outras questões como perdas salariais, reintegração, vínculo empregatício, horas extras, acidente de trabalho, diferenças salariais, adicional de periculosidade, diferença de FGTS, questões previdenciárias e outros.

b) Riscos cíveis

Engloba processos de natureza cível, inclusive consumeirista, nos quais a Companhia é ré, sendo grande parte da provisão vinculada a processos relacionados a pedidos de ressarcimento por reajuste tarifário supostamente ilegal, indenização por acidentes/morte com energia elétrica, desapropriações, ações de menor complexidade com trâmite nos juizados especiais, ações judiciais envolvendo pedido de indenização por danos causados em razão de oscilação na tensão do fornecimento de energia elétrica, suspensão do fornecimento e cobranças indevidas de valores.

c) Riscos fiscais

Os principais riscos fiscais os quais a Companhia está exposta são:

O Estado de Rio de Janeiro ajuizou Execução Fiscal para cobrar débito tributário decorrente de suposto pagamento a menor no período de fevereiro de 1999 a setembro de 2000, no valor atualizado em 31 de março de 2015 de R\$11.833 (R\$11.694 em 31 de dezembro de 2014).

Autos de Infração do Estado do Rio de Janeiro para cobrança de ICMS, relativos ao período de dezembro de 1996 a novembro de 1998 e novembro de 1998 a março de 1999, sob o argumento de que os bens adquiridos para o ativo fixo não estavam relacionados à atividade fim da Companhia. Provisões equivalentes a 40% e 20% das autuações fiscais, isto é, no valor atualizado em 31 de março de 2015 de R\$ 4.819 (valor total do auto de R\$ 12.048 (R\$4.771 e R\$ 11.927 em 31 de dezembro de 2014, respectivamente)) e de R\$ 456 (valor total do auto R\$ 2.280 (R\$407 e R\$ 2.037 em 31 de dezembro de 2014, respectivamente)).

d) Riscos regulatórios

O processo punitivo regulatório é disciplinado pela Resolução Normativa 063/2004 da ANEEL. As penalidades previstas pelo regulamento vão desde advertência até a caducidade da concessão ou da permissão.

Inicialmente, o órgão regulador notifica a empresa a respeito das não conformidades que forem constatadas. A empresa notificada terá, então, 15 dias para sua manifestação. Posteriormente, caso se confirme a irregularidade, é emitido auto de infração aplicando penalidade às não conformidades. A empresa terá, então, prazo de 10 dias para interposição de seu recurso.

Estas penalidades são aplicáveis a todos os agentes do setor elétrico e calculadas com base no valor de faturamento.

Notas Explicativas

Ampla Energia e Serviços S.A.

Contingências passivas com risco possível

A Companhia possui ações de natureza tributária, cível e trabalhista, que não estão provisionadas, pois envolvem risco de perda classificado pela Administração e por seus advogados e consultores legais como possível. As contingências passivas estão assim representadas:

	<u>31/03/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Trabalhistas (a)	441.604	438.632
Cíveis (b)	563.105	527.325
Fiscais (c)	1.757.219	1.732.992
Juizados especiais	161.350	176.450
	<u>2.923.278</u>	<u>2.875.399</u>

a) Riscos trabalhistas

As principais causas trabalhistas são relacionadas a pagamento de horas extras, adicionais de periculosidade, demissões sem justa causa, dentre outras.

b) Riscos cíveis

A situação jurídica da Companhia engloba processos de natureza cível, nos quais a Companhia é ré, sendo grande parte associada a pleitos de danos morais e materiais.

c) Riscos fiscais

Apresentamos, a seguir, os processos relevantes cujos consultores jurídicos estimam a probabilidade de perda como sendo possível e que não requerem constituição de provisão.

Imposto de renda retido na fonte - Emissão de *Fixed Rate Notes* (FRN)

Auto de infração de 2005 lavrado pela Secretaria da Receita Federal em razão de ter entendido que houve perda do benefício fiscal de redução a zero da alíquota do imposto de renda na fonte - IRRF incidente sobre os juros e demais rendimentos remetidos ao exterior, em decorrência de Fixed Rate Notes (FRN) emitidos pela Companhia em 1998. Decisão de 2ª instância favorável a Companhia. Em 2012 e 2013, a Companhia foi intimada das decisões da Câmara Superior de Recursos Fiscais que julgaram procedente o Auto de Infração. Em consequência, a Companhia apresentou ação cautelar de caução para antecipação de garantia visando a obtenção de certidão positiva com efeitos de negativa e segue discutindo o tema através de ação judicial. O valor envolvido neste processo, atualizado em 31 de março de 2015 é de R\$ 1.081.203 (R\$ 1.068.018 em 31 de dezembro de 2014).

COFINS

Execução fiscal originada de auto de Infração lavrado pela Receita Federal do Brasil em 2003 para cobrar débitos de COFINS decorrentes de supostos pagamentos a menor no período de dezembro de 2001 a março de 2002. O valor envolvido neste processo, atualizado em 31 de março de 2015, é de R\$ 143.691 (R\$ 142.141 em 31 de dezembro de 2014).

Notas Explicativas

Ampla Energia e Serviços S.A.

ICMS - Prazo de recolhimento

A Secretaria de Fazenda do Estado do Rio de Janeiro lavrou em 2005 auto de infração em razão de recolhimento espontâneo, fora do prazo legal estipulado pelo Decreto 31.632/02, de ICMS e do adicional de ICMS destinado ao Fundo Estadual de Combate à Pobreza sem o pagamento dos acréscimos legais. Em 2012 a Companhia tomou ciência da decisão do Conselho Pleno que manteve o auto de infração e apresentou recurso ao Secretário de Fazenda que aguarda julgamento. Não obstante o recurso apresentado foram ajuizadas execuções fiscais e a Companhia segue discutindo o tema através de ações judiciais. O valor envolvido nestes processos, atualizados em 31 de março de 2015, é de R\$ 272.456 (R\$ 268.912 em 31 de dezembro de 2014).

ICMS - Diversos temas

No âmbito estadual, a Companhia discute, ainda, diversos temas referentes ao ICMS que totalizam o montante de R\$ 204.248 em 31 de março de 2015 (R\$ 199.158 em 31 de dezembro de 2014), e tratam de: prazo de recolhimento; crédito oriundo da aquisição de bens destinados ao ativo imobilizado; compensação de créditos; saída de bens para reparação; saídas de bens sem a tributação; comparação entre informes gerenciais e livros fiscais e cancelamentos de meses anteriores.

Temas municipais

No âmbito municipal, a Companhia discute com os Municípios de Niterói, Rio Bonito e Rio das Ostras, temas referentes à Taxa de Uso de Solo e com o Município de Niterói referente à Taxa de empachamento, juntos somam o valor de R\$ 36.304 em 31 de março de 2015 (R\$ 35.773 em 31 de dezembro de 2014). Quanto ao ISS há auto de infração lavrado pelo Município de Cabo Frio e execução fiscal apresentada pelo Município de Niterói, no montante de R\$ 10.414 e 1.772, respectivamente, em 31 de março de 2015 (R\$ 10.296 e R\$ 1.739 em 31 de dezembro de 2014, respectivamente)).

A Companhia, além dos processos antes mencionados, possui ainda outros de menor valor que envolvem temas de IR, PIS, COFINS, ICMS, IPTU e ISS no valor total atualizado até 31 de março de 2015 de R\$ 7.132 (R\$ 6.955 em 31 de dezembro de 2014)

Ativo contingente

No âmbito de ação rescisória apresentada pela Fazenda Pública foi confirmada em março de 2010 a decisão transitada em julgado em Mandado de Segurança que reconheceu a imunidade da Companhia quanto à COFINS até o ano de 2001. A companhia pleiteia em ação específica a restituição dos valores pagos no período de abril de 1992 a junho de 1996. A probabilidade de perda é remota, já que o objeto único do processo é a restituição dos valores pagos indevidamente (assim reconhecido por força da imunidade declarada), não havendo nada mais que possa representar obstáculo ao direito da Ampla à restituição. O valor atualizado do processo em 31 de março de 2015 é de R\$ 162.804 (R\$ 161.686 em 31 de dezembro de 2014).

Notas Explicativas**Ampla Energia e Serviços S.A.****25. Patrimônio líquido**a) Capital social

O capital social está composto de ações sem valor nominal e assim distribuídos.

Acionista	31/03/2015	
	Quantidade de ações ordinárias	% de Participação no capital
Enel Brasil S.A.	1.839.121.933.344	46,89
Chilectra Inversud S.A.	824.607.526.461	21,02
Enersis S.A.	838.778.795.523	21,38
Chilectra S.A.	405.768.824.339	10,35
Outros	14.238.838.779	0,36
Total de ações em circulação	3.922.515.918.446	100,00

b) Reserva legal

O estatuto social da Companhia prevê que do lucro líquido anual serão deduzidos 5% para constituição de reserva legal, a qual não poderá exceder 20% do capital social.

c) Reforço de capital de giro

É composto pela parcela de lucros não distribuídos aos acionistas. A reserva de reforço de capital de giro é criada somente depois de considerados os requisitos de dividendo mínimo e seu saldo não podem exceder 100% do montante do capital integralizado, conforme os termos do artigo 27, § 1º, IV do estatuto social da Companhia. A reserva de reforço de capital de giro pode ser usada na absorção de prejuízos, se necessário, para capitalização, pagamento de dividendos ou recompra de ações.

d) Dividendos

De acordo com o estabelecido no estatuto social da Companhia, o dividendo mínimo obrigatório é de 25% sobre o lucro líquido ajustado, em conformidade com o artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações.

e) Reserva de retenção de lucros

É destinada à aplicação em investimentos previstos em orçamento de capital, principalmente nas atividades relacionadas à distribuição de energia, em conformidade com o artigo 196 da Lei das Sociedades por Ações.

f) Outros resultados abrangentes

O CPC 38 determina que a parte eficaz dos ganhos ou perdas dos instrumentos financeiros derivativos classificados como *hedge* de fluxo de caixa devem ser reconhecidas diretamente no patrimônio em outros resultados abrangentes. Sendo assim, a Companhia reconheceu em 31 de março de 2015 o montante de R\$ 577 (R\$468 em 31 de março de 2014) na rubrica de outros resultados abrangentes.

Notas Explicativas**Ampla Energia e Serviços S.A.****26. Lucro por ação**

Em atendimento à Deliberação CVM nº 636, de 6 de agosto de 2010, que aprovou o CPC 41 - Resultado por ação ("CPC 41"), a Companhia apresenta a seguir as informações sobre o resultado por ação para o período findo em 31 de março de 2015 e 31 de março de 2014.

	<u>31/03/2015</u>	<u>31/03/2014</u>
Lucro líquido do período	15.573	144.665
Número de ações	3.922.515.918.446	3.922.515.918.446
Lucro por ação - básico (reais por milhares de ações)	0,00397	0,03688

O cálculo básico de resultado por ação é feito através da divisão do lucro líquido do trimestre, atribuído aos detentores de ações ordinárias da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o trimestre.

Não há diferença significativa entre o lucro por ação básico e o cálculo de lucro por ação diluído, uma vez que a Companhia não possui instrumentos patrimoniais emitidos com realização no trimestre.

27. Receita líquida

A composição do fornecimento de energia elétrica, por classe de consumidores, está disposta abaixo:

	<u>31/03/2015</u>	<u>31/03/2014</u>
Fornecimento faturado	1.421.429	1.301.456
Fornecimento não faturado	57.255	(13.982)
Consumidores, concessionários e permissionários	1.478.684	1.287.474
Suprimento de energia elétrica	14.810	11.942
Subvenção baixa renda	15.606	15.884
Subvenção CDE - desconto tarifário	28.145	26.119
Disponibilidade da rede elétrica	46.987	43.958
Receita de construção	105.045	91.760
Valores a receber de Parcela A e outros itens financeiros	337.435	-
Outras receitas	7.004	15.945
Receita operacional bruta	<u>2.033.716</u>	<u>1.493.082</u>
(-) Deduções da receita		
ICMS	(396.212)	(338.963)
PIS	(22.045)	(12.770)
COFINS	(101.540)	(58.818)
ISS	(524)	(1.219)
P&D e eficiência energética	(10.953)	(9.782)
Encargo setorial CDE	(99.299)	(7.273)
Taxa de fiscalização	(2.059)	(1.879)
Total de deduções de receita	<u>(632.632)</u>	<u>(430.704)</u>
Total	<u>1.401.084</u>	<u>1.062.378</u>

Notas Explicativas**Ampla Energia e Serviços S.A.****28. Custos e despesas operacionais**

Descrição	31/03/2015			31/03/2014	
	Custos de operação	Despesas de vendas	Despesas gerais e administrativas	Total	Total
Pessoal	(30.194)	-	(17.952)	(48.146)	(37.408)
Material	(1.366)	-	(128)	(1.494)	(2.612)
Serviços de terceiros	(91.089)	(971)	(19.695)	(111.755)	(88.827)
Energia elétrica comprada para revenda	(844.448)	-	-	(844.448)	(491.853)
Encargos do uso do sistema de transmissão	(68.277)	-	-	(68.277)	(55.192)
Encargos de serviços do sistema	(26.698)	-	-	(26.698)	(10.421)
Custos na desativação de bens	(2.075)	-	-	(2.075)	(18)
Depreciação e amortização	(55.100)	-	(2.981)	(58.081)	(52.885)
PCLD clientes - líquidas	-	(29.693)	-	(29.693)	(15.622)
Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	-	-	(22.377)	(22.377)	(9.400)
Custo de construção	(105.045)	-	-	(105.045)	(91.760)
Indenizações DIC / FIC	(13.436)	-	-	(13.436)	(14.771)
Outros custos operacionais	(1.560)	-	(6.154)	(7.714)	(9.879)
Total	(1.239.288)	(30.664)	(69.287)	(1.339.239)	(880.648)

Despesa de pessoal	31/03/2015	31/03/2014
Remuneração	(25.921)	(22.390)
Encargos sociais	(10.993)	(9.782)
Provisão de férias e 13º salário	(3.401)	(2.382)
Plano de saúde	(749)	(2.840)
Previdencia privada	(1.862)	(1.360)
Auxílio alimentação e outros benefícios	(2.790)	(2.557)
Participação nos resultados	(3.121)	(2.695)
Outros	(2.193)	(1.079)
(-) Transferências para intangível em curso	2.884	7.677
Total	(48.146)	(37.408)

Notas Explicativas**Ampla Energia e Serviços S.A.**

A composição dos custos com energia elétrica está disposta abaixo:

	<u>31/03/2015</u>	<u>31/03/2014</u>
Energia elétrica comprada		
Itaipu Binacional	(151.126)	(66.944)
Enertrade comercializadora de energia S.A.	(13.043)	(12.585)
CCEE - Câmara de comercialização de energia elétrica	213.788	(63.315)
Devolução Conta Energia de Reserva - CONER	8.320	-
CCEAR's - Contratos de comercialização de energia no ambiente regulado	(369.752)	(208.580)
Proinfa	(16.344)	-
MCSD - Mecanismo de Compensação de Sobras e Déficits	(18.461)	(20.396)
Eletrobrás termonuclear S/A-Eletronuclear	(17.086)	(14.779)
Cotas de garantia física	(23.131)	(24.465)
(-) Recuperação despesa térmicas	-	2.756
Risco hidrológico	(30.519)	23.805
(-) Recuperação despesa risco hidrológico	-	(17.143)
Exposição involuntária	(427.094)	(528.268)
(-) Recuperação despesa exposição involuntária	-	440.702
Outros	-	(2.641)
	(844.448)	(491.853)
Encargos de uso rede de transmissão		
Rede básica	(34.510)	(28.264)
Contratos de uso do sistema de distribuição – CUSD	(28.240)	(22.718)
Encargos de conexão	(3.343)	(2.401)
Outros encargos	(2.184)	(1.809)
	(68.277)	(55.192)
Outros custos com Energia		
Encargo do serviço do sistema - ESS	(23.569)	(10.421)
Encargo de segurança energética - ESS Seg. Energética	(3.129)	-
	(26.698)	(10.421)
Total	(939.423)	(557.466)

* O aumento dos custos de energia recorrem basicamente aos motivos já mencionados na Nota 5.

Notas Explicativas**Ampla Energia e Serviços S.A.****29. Resultado financeiro**

	<u>31/03/2015</u>	<u>31/03/2014</u>
Receitas financeiras		
Renda de aplicação financeira	2.196	5.243
Multas e acréscimos moratórios em conta de energia	15.703	14.274
Variações monetárias diversas	3.798	3.954
Receita de ativo indenizável	23.391	74.612
Variação monetária Parcela A e outros itens financeiros	32.076	-
Outras receitas financeiras, líquida	5.934	17.093
Total das receitas financeiras	<u>83.098</u>	<u>115.176</u>
Despesas financeiras		
Encargo de dívidas	(15.301)	(15.076)
Atualização de provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	(32.258)	(12.535)
Encargo de fundo de pensão	(10.730)	(11.630)
Multas	(2.484)	(3.944)
Variações monetárias debêntures	(20.456)	(11.681)
Variações monetárias diversas	(57)	(136)
Juros debêntures	(28.512)	(15.302)
Custo de transação	(301)	(267)
Correção P&D / PEE	(86)	(61)
IOF	(1.736)	(1.048)
Outras despesas financeiras, líquida	(5.085)	(6.001)
Total das despesas financeiras	<u>(117.006)</u>	<u>(77.681)</u>
Resultado financeiro	<u>(33.908)</u>	<u>37.495</u>

Notas Explicativas

Ampla Energia e Serviços S.A.

30. Imposto de renda e contribuição social

A reconciliação da provisão para o imposto de renda e contribuição social, calculada pelas alíquotas fiscais vigentes, com os valores constantes na demonstração do resultado é apresentada abaixo:

	31/03/2015		31/03/2014	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	27.937	27.937	219.225	219.225
Alíquota nominal dos tributos	15%	9%	15%	9%
Alíquota adicional sobre o valor excedente a R\$ 240/ano	10%	-	10%	-
	(6.978)	(2.514)	(54.800)	(19.730)
Efeito das (adições) exclusões no cálculo do tributo				
Permanentes - despesas indedutíveis e multas	(2.335)	(900)	(233)	(154)
Incentivos fiscais e outros	363	-	357	-
Imposto de renda e contribuição social no resultado	(8.950)	(3.414)	(54.676)	(19.884)
Imposto de renda e contribuição social correntes	(14.765)	(5.507)	(58.930)	(21.416)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	5.815	2.093	4.254	1.532
Total	(8.950)	(3.414)	(54.676)	(19.884)

A seguir a composição dos tributos diferidos:

	Balancos Patrimoniais		Demonstrações do resultado e resultado abrangente	
	31/03/2015	31/12/2014	31/03/2015	31/03/2014
IR e CS sobre diferenças temporárias	230.935	215.074	15.861	31.155
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	61.342	56.867	4.475	924
Provisão para ações judiciais e regulatórias	166.652	156.072	10.580	4.843
Provisão para perdas de estoque	249	249	-	(76)
Desreconhecimento de ativo regulatório	-	-	-	24.751
Outras	2.692	1.886	806	713
IR e CS diferidos sobre ajustes dos CPCs - Resultado	(120.972)	(113.019)	(7.953)	(25.369)
IFRIC 12	(120.972)	(113.019)	(7.953)	(25.369)
Subtotal - impacto no resultado de exercício	109.963	102.055	7.908	5.786
IR e CS diferidos sobre ajustes dos CPCs - Resultado abrangente	139.522	139.819	(297)	(241)
Plano de Pensão	143.436	143.436	-	-
Swap	(3.914)	(3.617)	(297)	(241)
Total	249.485	241.874	7.611	5.545

Notas Explicativas

Ampla Energia e Serviços S.A.

31. Objetivos e políticas para a gestão de risco financeiro

Considerações gerais

A Companhia possui políticas de mitigação de riscos financeiros e adota estratégias operacionais e financeiras visando manter a liquidez, segurança e rentabilidade de seus ativos. Com essa finalidade, mantém sistemas gerenciais de controle e acompanhamento das suas transações financeiras e seus respectivos valores, com o objetivo de monitorar os riscos e taxas praticadas pelo mercado.

Fatores de risco

A linha de negócio da Companhia está dentro da sua estratégia, sintonizada com a gestão financeira de melhores práticas para minimização de riscos financeiros, e observando os aspectos regulatórios.

a) Risco de crédito

Esse risco surge da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus clientes. Esse risco é avaliado como baixo, considerando a pulverização do número de clientes e o comportamento estatístico dos níveis de arrecadação.

Adicionalmente, a Companhia tem o direito de interromper o fornecimento de energia caso o cliente deixe de realizar o pagamento de suas faturas, dentro de parâmetros e prazos definidos pela legislação e regulamentação específica. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é estabelecida em montante julgado suficiente, pela Administração da Companhia, para cobrir prováveis riscos de realização das contas a receber.

b) Risco da revisão e do reajuste das tarifas de fornecimento

Os processos de Revisão e Reajuste Tarifários são garantidos por contrato e empregam metodologias previamente definidas. Alterações na metodologia vigente devem ser amplamente discutidas e contarão com contribuições da Companhia, concessionárias e demais agentes do setor.

Em caso de evento imprevisível que venha a afetar o equilíbrio econômico-financeiro da concessão, poderá a Ampla justificar e requerer ao regulador a abertura de uma Revisão Tarifária Extraordinária, ficando a realização desta a critério do regulador. A própria ANEEL também poderá proceder com Revisões Extraordinárias caso haja criação, alteração ou exclusão de encargos e/ou tributos, para repasse dos mesmos às tarifas.

c) Gestão do risco de capital

A Companhia administra seu capital, para assegurar as suas atividades normais, ao mesmo tempo em que maximizam o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações, por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio.

A estrutura de capital da Companhia é formada pelo endividamento líquido (empréstimos, financiamentos e debêntures detalhados nas Notas 19 e 20, deduzidos pelo caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários detalhados nas Notas 6 e 7) e pelo patrimônio líquido da Companhia.

O índice de endividamento no final do trimestre findo em 31 de março de 2015 é de 42% e no exercício findo em 31 de dezembro de 2014 é de 39%.

Notas Explicativas

Ampla Energia e Serviços S.A.

d) Risco de encargos de dívida

Este risco é oriundo da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros ou outros indexadores de dívida, como por exemplo, indicadores de inflação, que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado. Em 31 de março de 2015, a Companhia possuía 81% da dívida total indexada a taxas variáveis, sendo que 19% eram atrelados a indicadores menos voláteis às oscilações do mercado, como a TJLP contraídos com o BNDES. Com finalidade de evitar riscos com variações nos índices de mercado, 14,5% das dívidas variáveis (11,8% do total) tiveram suas taxas fixadas através de contrato de swap.

Os ajustes a débito e a crédito dessas operações estão registrados nas informações trimestrais. Em 31 de março de 2015, a Companhia apurou um resultado positivo não realizado na operação de swap no montante de R\$ 11.514 (R\$ 10.640 em 31 de dezembro de 2014).

e) Risco de liquidez

A Companhia gerencia o risco de liquidez mantendo adequadas reservas, linhas de crédito bancárias para captação de recursos para capital de giro e para empréstimos e financiamentos que julgue adequados, através do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros.

A liquidez da Companhia é gerida através do monitoramento dos fluxos de caixa previstos e realizados com o objetivo de se precaver das possíveis necessidades de caixa no curto prazo. Com o intuito de assegurar a capacidade dos pagamentos de suas obrigações de maneira conservadora, a gestão de aplicações financeiras tem foco em instrumentos de curtíssimos prazos, prioritariamente com vencimentos diários, de modo a promover máxima liquidez.

As tabelas abaixo apresentam informações sobre os vencimentos futuros dos empréstimos, financiamentos e debêntures da Companhia que estão sendo considerados nos fluxos de caixa projetado:

	Menos de um mês	De um a três meses	De três meses a um ano	De um a cinco anos	Mais de cinco anos	Total
31 de março de 2015						
Empréstimos e financiamentos pré-fixados	2.735	5.456	24.037	107.077	42.979	182.284
Empréstimos e financiamentos pós-fixados	109.116	27.254	57.728	497.585	11.859	703.542
Debêntures	-	112.958	52.020	1.284.978	-	1.449.956
	111.851	145.668	133.785	1.889.640	54.838	2.335.782
31 de dezembro de 2014						
Empréstimos e financiamentos pré-fixados	2.609	5.661	24.321	109.437	48.529	190.557
Empréstimos e financiamentos pós-fixados	8.059	21.129	99.547	508.706	23.950	661.391
Debêntures	17.112	-	138.818	1.267.793	-	1.423.723
	27.780	26.790	262.686	1.885.936	72.479	2.275.671

Notas Explicativas

Ampla Energia e Serviços S.A.

Os valores previstos para os próximos vencimentos dos instrumentos de hedge que estão contemplados nos fluxos de caixa da Companhia estão dispostos abaixo:

	De um a três meses	De três meses a um ano	De um a cinco anos	Total
31 de março de 2015				
"Swaps" de juros 03/09/12	(1.704)	(1.885)	(4.041)	(7.630)
"Swaps" de juros 08/11/12	(2.346)	(1.271)	(1.412)	(5.029)
	(4.050)	(3.156)	(5.453)	(12.659)
31 de dezembro de 2014				
"Swaps" de juros 03/09/12	-	(2.765)	(1.871)	(4.636)
"Swaps" de juros 08/11/12	-	(2.574)	-	(2.574)
	-	(5.339)	(1.871)	(7.210)

Para se precaver de qualquer necessidade emergencial de caixa, a Companhia tem a seu dispor a opção de utilizar, no curto prazo, limites de conta garantidas que tem contratada em 31 de março de 2015 o valor de R\$ 220.000.

Valorização dos instrumentos financeiros

O método de mensuração utilizado para cômputo do valor de mercado dos instrumentos financeiros foi o fluxo de caixa descontado, considerando expectativas de liquidação desses ativos e passivos, taxas de mercado vigentes e respeitando as particularidades de cada instrumento na data do balanço:

Ativo	Categoria	Nível	31/03/2015		31/12/2014	
			Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo
Caixa e equivalente de caixa	Valor justo por meio de resultado	2	35.742	35.742	114.774	114.774
Titulos e valores mobiliários	Valor justo por meio de resultado	2	11.567	11.567	18.152	18.152
Cauções e depósitos vinculados	Empréstimos e recebíveis	2	35.143	35.143	27.854	27.854
Consumidores, concessionários e permissionários	Empréstimos e recebíveis	2	834.362	834.362	584.911	584.911
Instrumentos financeiros derivativos	Empréstimos e recebíveis	2	11.514	11.514	10.640	10.640
Valores a receber de parcela A e outros itens financeiro	Empréstimos e recebíveis	2	396.749	396.749	415.789	415.789
Ativo indenizável (concessão)	Disponível para venda	3	1.373.540	1.373.540	1.342.255	1.342.255
Passivo						
Empréstimos e financiamentos em moeda nacional	Empréstimos e recebíveis	2	761.607	752.758	685.647	683.667
Debêntures em moeda nacional	Empréstimos e recebíveis	2	1.153.209	1.172.733	1.122.888	1.124.638
Fornecedores	Empréstimos e recebíveis	2	624.063	624.063	660.965	660.965

As aplicações financeiras registradas nas informações trimestrais (classificadas tanto como caixa e equivalentes de caixa quanto títulos e valores mobiliários) aproximam-se dos valores de mercado, pois são efetuadas a juros pós-fixados.

Valor justo hierárquico

A Companhia usa a seguinte hierarquia para determinar e divulgar o valor justo de instrumentos financeiros pela técnica de avaliação:

- ▶ Nível 1 - dados provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) de forma que seja possível acessar diariamente inclusive na data da mensuração do valor justo;
- ▶ Nível 2 - dados diferentes dos provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) incluídos no Nível 1, extraído de modelo de precificação baseado em dados observáveis de mercado;
- ▶ Nível 3 - dados extraídos de modelo de precificação baseado em dados não observáveis de mercado.

Notas Explicativas

Ampla Energia e Serviços S.A.

Instrumento financeiro derivativo

Os valores da curva e de mercado do instrumento financeiro (swap) de 31 de março de 2015 estão dispostos abaixo:

<u>Derivativo</u>	<u>Valor da curva</u>	<u>Valor de mercado</u>	<u>Diferença</u>
Swap DI x PRÉ 03.09.12 HSBC Bank Brasil S.A.	824	6.841	6.017
Swap DI x PRÉ 08.11.12 HSBC Bank Brasil S.A.	1.170	4.673	3.503

A estimativa de valor de mercado das operações de swap foi elaborada baseando-se no modelo de fluxos futuros a valor presente, descontados a taxas de mercado apresentadas pela BM&F na posição de 31 de março de 2015

A Companhia possui instrumentos derivativos com objetivo exclusivo de proteção econômica e financeira. Em 31 de março de 2015 havia 2 (dois) contratos de swap CDI para taxa fixa, a fim de diminuir a exposição às flutuações dos índices de mercado.

Em 31 de março de 2015, a Companhia detinha operações de *swap* conforme demonstrado abaixo:

<u>Descrição</u>	<u>Contraparte</u>	<u>Data dos contratos</u>	<u>Data de vencimento</u>	<u>Posição</u>	<u>Valores de referência</u>	
					<u>Moeda local</u>	
					<u>31/03/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Contratos de swaps:						
Valor	HSBC BANK BRASIL S.A.	03/09/2012	16/06/2017	CDI + 1,02% a.a. 10,05% a.a.	(6.841)	(6.235)
Valor	HSBC BANK BRASIL S.A.	08/11/2012	15/06/2016	CDI + 1,20% a.a. 9,59% a.a.	(4.673)	(4.405)

As operações de derivativos são realizadas a fim de proteger o caixa da Companhia. A contratação dos derivativos é realizada com bancos "Investment Grade" com "expertise" necessária para as operações. A Companhia tem por política não negociar e/ou contratar derivativos especulativos.

Análise de sensibilidade suplementar sobre instrumentos financeiros, conforme Instrução da CVM nº 475, de 17 de dezembro de 2008

Essas análises têm por objetivo ilustrar a sensibilidade a mudanças em variáveis de mercado nos instrumentos financeiros da Companhia. A Administração da Companhia revisa regularmente essas estimativas e premissas utilizadas nos cálculos. Não obstante, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade inerente ao processo utilizado na preparação dessas análises.

Vide abaixo análise de sensibilidade nas dívidas da Companhia estabelecida através da projeção das despesas financeiras para os próximos 12 meses de acordo com a curva futuro dos indicadores divulgada pela BM&F:

<u>Indexador do contrato</u>	<u>31/03/2015</u>	<u>Cenário + 25%</u>	<u>Cenário + 50%</u>
CDI	60.209	73.209	85.875
IPCA	70.165	77.293	84.346
TJLP	31.885	36.596	41.254
FIXO	8.426	8.426	8.426
Total	170.685	195.524	219.901

Notas Explicativas

Ampla Energia e Serviços S.A.

Em seguida, apresenta-se a análise de sensibilidade estabelecida com o uso de cenários e projeções em relação a eventos futuros relativos ao comportamento do *swap* da Companhia:

Contrato	31/03/2015	Cenário + 25%	Cenário + 50%
Debênture 1ª série - 6ª e 7ª emissões	30.700	37.275	43.681
Swap Ponta Ativa	(30.700)	(37.275)	(43.681)
Swap Ponta Passiva	19.569	19.569	19.569
Total	19.569	19.569	19.569

Conforme demonstrado acima, a variação do CDI sobre a parcela da dívida coberta pelo *swap* é compensada inteiramente pelo resultado oposto de sua ponta ativa. Ao mesmo tempo em que os encargos dessa dívida são substituídos pelos juros fixos da ponta passiva, evitando que oscilações do mercado afetem as despesas financeiras da Companhia.

32. Compromissos

Os compromissos relacionados a contratos de longo prazo com a compra de energia acontecerão nos valores de R\$ 1.668.650 em 2015, R\$ 1.751.261 em 2016, R\$ 1.752.875 em 2017, R\$ 1.914.254 em 2018 e R\$ 43.201.890 após 2018`.

Os valores relativos aos contratos de compra de energia representam o volume total contratado pelo preço corrente a partir do segundo trimestre (1 de abril de 2015), que foram homologados pela ANEEL.

33. Participação nos resultados

A Companhia implantou o programa de participação dos empregados nos resultados, nos moldes da Lei nº 10.101/00 e artigo nº 189 da Lei nº 6.404/76, baseado em acordo de metas operacionais e financeiras previamente estabelecidas com os mesmos; metas estas que vem desde o plano estratégico da Companhia até sua respectiva área, além de uma avaliação comportamental para cada colaborador.

O montante dessa participação no período de janeiro a março de 2015 foi de R\$ 3.121 (R\$2.695 em 31 de março de 2014).

34. Cobertura de seguros

Os principais ativos em serviço da Companhia estão segurados por uma apólice de risco operacional do Grupo Enel. A Companhia também mantém um seguro de responsabilidade civil que faz parte do programa de seguros corporativos do grupo Enel.

Riscos	Data de vigência		Importância segurada	Limite máximo de garantia por sinistro	
	De	Até			
Risco operacional	01/11/2014	31/10/2015	R\$ 1.000.768	R\$	122.675
Responsabilidade civil	01/11/2014	31/10/2015	n/a	R\$	490.700

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

RELATÓRIO SOBRE A REVISÃO DE INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

Aos Acionistas, Conselheiros e Diretores da

Ampla Energia e Serviços S.A.

Niterói - RJ

Revisamos as informações contábeis intermediárias da Ampla Energia e Serviços S.A. ("Companhia"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR, referente ao trimestre findo em 31 de março de 2015, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração da Companhia é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de qualquer fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 (R1) aplicável à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Revisamos, também, a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao período de três meses findo em 31 de março de 2015, preparada sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM - Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e considerada informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foi elaborada, em todos os seus aspectos relevantes, de acordo com as informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

Rio de Janeiro, 27 de abril de 2015

ERNST & YOUNG

Auditores Independentes S.S.

CRC - 2SP 015.199/O-6 - F - RJ

Márcio F. Ostwald

Contador CRC - 1RJ 086.202/O-4